

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Estácio Participações S.A. ("Companhia", "YDUQS") apresenta o Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras Consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, elaboradas de acordo com os princípios do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") e acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Com o objetivo de preservar a comparabilidade entre os períodos, a Companhia optou por divulgar os resultados de 2019 pro-forma, excluindo os impactos da adoção das regras contábeis do IFRS-16.

SUMÁRIO:

1. Perfil Corporativo	∠
2. Cenário Econômico	2
3. Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas	3
4. Desempenho Financeiro	5
5. Desempenho Operacional	8
6. Modelo Acadêmico	8
7. Regulatório	10
8. Goverança Corporativa	. 11
9. Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa	. 13
10. Colaboradores	. 16
11. Auditores Independentes	. 17
12 Declaração da Diretoria Evecutiva	17

1



Perfil corporativo

A YDUQS detentora das marcas Estácio e UniToledo, é um dos maiores players de educação superior no Brasil, com quase 600 mil alunos, e uma das organizações que mais cresce no país, por meio da expansão de suas marcas e pela aquisição de novas instituições. A Companhia está listada no Novo Mercado da B3 sob o código de negociação "YDUQ3" e suas ADRs negociadas no mercado norte-americano sob o código "YDUQY", e possui um padrão de governança corporativa diferenciado.

Em 31 de dezembro de 2019, a base de alunos da Companhia totalizava 570,3 mil alunos. A Companhia é formada por uma universidade, 13 centros universitários e 53 faculdades credenciadas pelo MEC. Com uma capilaridade nacional representada por 94 campi e 933 polos de ensino à distância, presentes nos principais centros urbanos de todos os estados brasileiros e no Distrito Federal, estrategicamente localizados nas proximidades das residências e/ou dos locais de trabalho de nosso público alvo.

O crescimento da Companhia no mercado é atribuído a alguns fatores preponderantes: (II) à qualidade de seus cursos e do seu corpo docente, (III) à adoção de modernas práticas de gestão, (IIII) às inovações tecnológicas e acadêmicas proporcionadas a seus alunos, (IV) à localização estratégica de suas unidades e, (V) à prática de preços competitivos, acessíveis ao seu público-alvo. Com currículos nacionalmente integrados, oferece cursos de graduação, nas modalidades presencial e de ensino a distância, nas áreas de Ciências Exatas, Ciências Biológicas e Ciências Humanas, em graduação tradicional e tecnológica. Oferece também cursos de pósgraduação lato-sensu e stricto-sensu, cursos de mestrado, doutorado e de extensão. Com um modelo de gestão orientado para resultados e para a qualidade, desenvolvemos uma metodologia de ensino, moderna e diferenciada. Como resultado da capacidade empresarial e financeira, da inovação e da melhoria constante de seus cursos, a marca YDUQS é reconhecida e valorizada no mercado.

Cenário Econômico

O ano de 2019 foi marcado por uma desaceleração da economia global. O principal fator que contribuiu para isso foi o embate comercial entre as duas maiores economias mundiais, Estados Unidos e China. As tensões comerciais entre esses países, marcadas pela inflexibilidade de negociação, somadas a outros fatores como a indefinição do Brexit, aumentaram o nível de incerteza no mercado mundial. Como consequência o mercado financeiro foi negativamente impactado, com uma grande redução de investimentos no mundo todo.

Em relação à economia brasileira, essa acentuada desaceleração do comércio global somada a fatores internos como o atraso da reforma da previdência impactou negativamente o crescimento do PIB principalmente no primeiro semestre de 2019. A mediana das estimativas dos analistas consultados pelo relatório Focus do Banco Central iniciou o ano em 2,5% chegando a atingir 0,8% em julho, mas, com a aprovação da reforma no congresso, retomou o crescimento das expectativas e ao final, o ano encerrou com crescimento de 1,1% menor avanço em 3 anos. Tal conjuntura pesou sobre a cotação do dólar frente ao real, que oscilou de R\$/US\$ 3,86 no início do ano, voltando a atingir patamares altos (R\$/US\$ 4,03) no final do ano.



A inflação, por outro lado, mesmo com a pressão gerada por alguns preços (energia elétrica, por exemplo), ficou em um patamar significativamente baixo durante o ano de 2019. No acumulado dos últimos 12 meses encerrados em dezembro, o IPCA registrou 4,31%, ligeiramente acima da meta de inflação do Banco Central (4,25%). Dessa forma, foi possível reduzir a taxa de juros atingindo a mínima histórica por várias vezes consecutivamente. A Selic iniciou o ano em 6,5% e se manteve estável até meados de 2019 quando começou a sofrer sucessivos cortes fechando o ano em 4,5%.

Apesar de sofrer leves oscilações ao longo de 2019, a taxa de desemprego no país atingiu 11,0% em dezembro, a menor taxa desde o trimestre encerrado em março de 2016, quando foi de 10,9%. Adicionalmente, o Índice de Confiança do Consumidor (ICC) da Fundação Getúlio Vargas registrou 91,6 pontos em dezembro, fechando o ano de 2019 com uma queda em relação a dezembro do ano anterior (93,8 pontos). Ainda assim, o ICC de dezembro representa um avanço de 2,7 pontos em relação ao mês anterior, atingindo o maior nível desde fevereiro do mesmo ano (96,1 pontos).

Com os sinais de retomada da economia brasileira ao final do ano de 2019, a Companhia se mostra otimista em relação ao crescimento e desenvolvimento do Brasil, que continua sendo um país com muitas oportunidades de negócio, em especial no segmento de educação, com significativo mercado consumidor e com instituições fortes e independentes.

Mensagem da Administração e Perspectivas Estratégicas

Faz pouco mais de um ano que cheguei. Vim atraído pela missão da instituição e por ter percebido que tínhamos as pré-condições para o sucesso: um mercado demandado e com grandes possibilidades de consolidação, uma Companhia bem posicionada e um time competente e experiente.

Na divulgação de resultados de 2018, falei sobre as dificuldades que antevíamos com o declínio do FIES. Mas também sobre a confiança que tínhamos em manter uma estabilidade nos números devida à nossa disciplina operacional e às fontes de crescimento que tínhamos mapeado e investido.

O resultado que apresentamos agora mostra que o plano é sólido e a execução vem acontecendo conforme a expectativa. A margem EBITDA subiu ligeiramente frente o ano anterior, atingindo 38%. O lucro líquido ficou estável em R\$ 646 milhões. Os custos caíram (por aluno no presencial, 6,7%) e as três frentes de crescimento que vislumbrávamos estão se comprovando: medicina teve um crescimento de 24% de receita; EAD cresceu a receita em 28% e a base em 42%; e fizemos duas aquisições de alta relevância: Unitoledo e Adtalem⁽¹⁾. Seguimos na liderança do setor no indicadorchave de geração de caixa, com 75% de conversão.

Tão importante quanto estes números são a nossa convicção de que avançamos muito na preparação da Companhia para o futuro. Há temas muito chamativos, como as novas licenças de medicina o aumento no número de vagas, as captações recorde e a grande expansão na capilaridade do nosso ensino digital. Outros temas chamam menos atenção, mas também são de grande relevância, como a evolução de 6 p.p.



no NPS e a evolução digital – percebida tanto nos APPs dos alunos e docentes, quanto em uma série de processos internos que estão se tornando mais eficientes.

Nossa contribuição social é cada vez maior. Além do impacto positivo que decorre naturalmente de nossa atividade, com a entrega ao mercado de cerca de 60 mil profissionais a cada ano -- que enriquecem suas comunidades em todos os sentidos --, continuamos ampliando as entregas de um dos mais sólidos e abrangentes programas de Responsabilidade Social do país. Em 2019, mais de um milhão de brasileiros participaram e se beneficiaram de uma das centenas de ações do programa. Para citar apenas uma iniciativa cara a todos nós, o nosso projeto de Alfabetização e Letramento alcançou 12 unidades em 2019 e já resgatou do analfabetismo, pelas mãos de nossos professores e alunos, centenas de pessoas que vivem nas proximidades de alguns de nossos campi.

Avançamos também na Governança. A YDUQS conta com um Conselho independente e Comitês bem estabelecidos e ativos no acompanhamento e no apoio à gestão da Companhia. Nossa comunidade, que engloba alunos, professores e demais colaboradores, é uma das mais diversas do país, com presença igualitária de todas as raças e etinias, e com pessoas de todas as origens e classes sociais. Hoje, as mulheres são maioria nos cargos de gestão (situação inédita até 2019). Ainda temos o que evoluir na alta administração, mas tivemos um avanço importante neste sentido, bem como o reforço de uma tarimbada executiva no nosso Conselho de Administração.

Por fim, e por falar em futuro, criamos a YDUQS em 2019. Muito mais que uma marca, introduzimos um novo conceito ao nosso negócio e ganhamos muito mais liberdade para crescer de forma diversificada. A experiência de separar o EAD e a Medicina do Presencial deu resultados incríveis, e o que vamos fazer é consolidar isso e ir além, com a criação das unidades Premium, Conteúdo Digital e Vida Toda. O ritmo de crescimento dessas unidades será forte, mantendo o equilíbrio frente às perdas do FIES em 2020 e sobressaindo intensamente a partir de 2021.

Temos o melhor EAD do mercado em conteúdo e forma, e a iminente aquisição da Adtalem⁽¹⁾ vai nos permitir dar um passo além. Vamos utilizar as nossas ferramentas digitais para levar às casas e às salas de aula conteúdo ao qual só a elite tinha acesso. Vamos, uma vez mais, por meio da inovação, liderar a transformação do ensino superior no Brasil.

Temos uma posição financeira privilegiada em um mercado de oportunidades. Criamos uma base muito sólida e estamos mais fortes do que nunca. Tem muito mais vindo por aí.

Obrigado pela confiança e pelo apoio.

CEO Eduardo Parente

⁽¹⁾Sujeito à aprovação do Cade



Desempenho Financeiro

Os dados financeiros utilizados para elaboração da análise consideram o resultado consolidado da YDUQS.

Tabela 1: Demonstração de Resultado			
Em R\$ Milhões	2018	2019 ⁽¹⁾	Δ%
Receita Operacional Bruta	5.784,2	6.185,0	6,9%
Mensalidades	5.747,8	6.139,1	6,8%
Outras	36,4	45,8	25,8%
Deduções da Receita Bruta	(2.164,8)	(2.619,9)	21,0%
Receita Operacional Líquida	3.619,4	3.565,0	-1,5%
Custos dos Serviços Prestados	(1.632,8)	(1.574,8)	-3,6%
Lucro Bruto	1.986,6	1.990,3	0,2%
Margem Bruta	54,9%	55,8%	0,9 p.p.
Despesas Comerciais	(553,0)	(571,6)	3,4%
Despesas Gerais e Administrativas	(614,3)	(587,6)	-4,3%
Outras receitas/despesas operacionais	(47,2)	14,4	N.A.
EBIT	772,0	845,3	9,5%
Margem EBIT	21,3%	23,7%	2,4 p.p.
(+) Depreciação e amortização	195,4	197,0	0,8%
EBITDA	967,4	1.042,3	7,7%
Margem EBITDA	26,7%	29,2%	2,5 p.p.
Resultado Financeiro	(118,8)	(149,2)	25,6%
Depreciação e amortização	(195,4)	(197,0)	0,8%
Importo de renda	(4,5)	(7,2)	59,5%
Contribuição Social	(3,8)	(4,6)	21,2%
Lucro Líquido	644,9	684,4	6,1%
Margem Líquida	17,8%	19,2%	1,4 p.p.

EBITDA Ajustado	1.154,7	1.141,1	-1,2%
Margem EBITDA Ajustada	31,9%	32,0%	0,1 p.p.

⁽¹⁾ Informação pro-forma excluindo os impactos da adoção das regras contábeis do IFRS-16 em 2019, para melhor comparação com 2018.

YDUQS

• Receita operacional líquida. Em 2019, a receita operacional líquida totalizou R\$3.565,0 milhões, uma queda moderada em relação ao ano de 2018. Essa variação é explicada pelos seguintes fatores: (I) aumento no nível de descontos e bolsas em função da estratégia de captação e da nova política de retenção e renovação; (II) resiliência no seguimento presencial ex-FIES (+3,2% A/A) e sólida performance dos cursos de medicina (+24% A/A) e (III) manutenção do



crescimento acelerado do Ensino a Distância (EAD), cuja receita avançou 28% na comparação anual.

- Custos dos serviços prestados. O custo dos serviços prestados totalizou R\$1.574,8 milhões em 2019 uma queda de 3,6% em relação ao ano anterior e representou 44,2% da receita operacional líquida da Companhia registrando uma melhora de 0,9 p.p. frente ao ano anterior. Os ganhos de eficiência com custo de pessoal resultado de diversas iniciativas de pesquisa operacional como reestruturação do quadro de docentes, melhora no ensalamento, aumento no compartilhamento de disciplinas, melhora na taxa de ocupação e adoção de conteúdo on-line em cursos presencias foram os principais fatores para o resultado. Vale ressaltar que, no segmento presencial, o custo dos serviços prestados por aluno recuou 6,7% A/A em 2019.
- Lucro Bruto. Como consequência dos resultados do custo dos serviços prestados, o lucro bruto totalizou R\$1.990,3 milhões em 2019 se mantendo estável em relação ao ano de 2018, alcançando uma margem bruta de 55,8% um crescimento de 0,9 p.p.
- Despesas Comerciais. Em 2019, as despesas comerciais totalizaram R\$571,6 milhões, um aumento de 3,4% em relação ao ano anterior. As despesas com PDD registrou queda de 7,7% em relação ao ano anterior em função dos maiores esforços de arrecadação e negociação, reduzindo os níveis de inadimplência dos alunos mensalistas, e a recuperação de créditos inativos.
- Despesas gerais e administrativas. As despesas gerais e administrativas em 2019 totalizaram R\$587,6 milhões, uma queda de 4,3% A/A, variação explicada pelos seguintes fatores: (I) redução no nível de provisões para contingência e queda das despesas com serviço de terceiros, principalmente consultorias; (II) maiores gastos com manutenção e reparos, associados a atualização de softwares, manutenção das nossas unidades e aumento nas despesas com recursos pedagógicos (expansão dos cursos de saúde).



EBITDA Ajustado¹. Em 2019 o EBITDA Ajustado da Companhia totalizou R\$ 1.141,1 milhões, registrando ligeira queda de 1,2% em relação a 2018. A margem EBITDA ajustada alcançou 32,0%, 0,1 p.p. acima do registrado ano anterior.



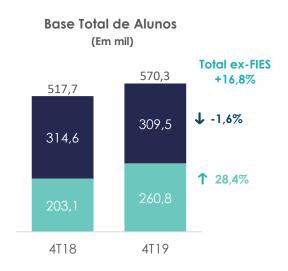
¹ EBITDA Ajustado em R\$98,7 milhões em 2019 e R\$187,4 milhões em 2018 devido principalmente a reestruturação organizacional, despesa com consultoria e outras despesas não recorrentes.

- Lucro líquido. O lucro líquido foi de R\$684,4 milhões, 6,1% acima do registrado no ano de 2018, com uma margem líquida de 19,2% um ganho de margem de 1,4 p.p., em função da melhoria dos resultados operacionais da companhia.
- **Dividendos.** A Administração irá propor para deliberação da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de R\$153,5 milhões de dividendos aos seus acionistas, referente ao resultado de 2019.
- Investimentos. No ano de 2019, a Companhia investiu R\$366,4 milhões, um crescimento de 47,4% quando comparado com o ano anterior. Esse aumento está relacionado com os investimentos recorrentes que contribuem para a manutenção e aprimoramento do nosso negócio, expansão do curso de Saúde (Mais Médicos II) e criação de novos laboratórios de odontologia e projetos de caráter não recorrente como sistemas de digitalização de documentos, adequação de marco regulatório e renovação do sistema de ar-condicionado.
- Caixa. Em 31 de dezembro de 2019, o caixa da Companhia totalizava R\$609,1 milhões, 25,5% abaixo do registrado no ano anterior, em função da amortização de empréstimos e pagamento de aquisições (UniToledo), além do atraso no recebimento de repasses referentes ao FIES no final do ano (com efeito caixa em janeiro de 2020). Em 2018 a Companhia recebeu a última parcela da PN23 no valor de R\$342,1 milhões. Quando excluímos o efeito da PN23, o caixa teria crescido 28,0% A/A.
- Endividamento. O endividamento bancário da Companhia totalizou R\$615,1 milhões em 2019, representando uma redução de 24,7% quando comparado ao ano anterior. A Dívida Líquida ex-IFRS 16 alcançou R\$84,5 milhões, e uma relação dívida líquida/EBITDA reportado em 0,1x, estável em relação a 2018 e significamente abaixo do limite (covenant) de 2,5x.



Desempenho Operacional

Ensino Presencial: Ao final de 2019, a base de alunos presencial totalizava 309,5 mil alunos, 1,6% a menos quando comparado com 2018. Esse resultado tem efeito da redução de 36,1% da base de alunos FIES. A base de alunos FIES totalizou 41,5 mil alunos ao final de 2019, representando 14,8% da base de alunos de graduação do segmento presencial. Excluindose o efeito da redução da base de alunos FIES, a base total de alunos da Companhia (ex-FIES) cresceu 16.8%, enfatizando os diferenciais da Companhia em atrair novos alunos evidenciando a não-dependência do FIES no processo de captação. Seguimos com foco na



qualidade do aluno captado e em políticas de retenção desses alunos.

Ensino a distância – EAD: Em 2019, a base de alunos EAD apresentou um aumento de 28,4% em relação a 2018, totalizando 260,8 mil alunos e representando 46% da base de alunos da Companhia um crescimento de 6,9 p.p. quando comparado com o ano anterior. Crescimento fortemente influenciado pela expansão de 326 novos polos de ensino a distância. O segmento EAD Flex foi o grande destaque, com um crescimento de 72% da base de alunos em relação ao ano anterior, totalizando 35,4 mil alunos. Já a base de alunos 100% EAD apresentou um aumento de 32% em relação a 2018, totalizando 179,3 mil alunos.

Modelo Acadêmico

A Companhia desenvolveu e vem aperfeiçoando, ao longo dos últimos anos, um Modelo de Ensino nacionalmente integrado, que procura atender à diversidade de seus cursos e às diferentes necessidades acadêmico-pedagógicas de alunos e professores, garantindo a qualidade acadêmica, a nacionalização dos currículos e a padronização dos recursos didáticos próprios, respeitadas as demandas loco regionais, e assegurando a escalabilidade do negócio.

Com o objetivo de tornar efetivo o modelo e utilizar uma visão multidisciplinar na definição de projetos, planos e práticas pedagógicas, a Companhia adotou uma metodologia proprietária de construção coletiva do conhecimento, tendo a participação de docentes das diferentes IES do Grupo em todo Brasil, na elaboração das matrizes curriculares e respectivos conteúdos.

Além dos currículos nacionalizados, o Modelo tem como pilares os recursos didáticos e a inovação tecnológica, plataformas virtuais de aprendizagem, sistemas integrados de avaliação e programas de complementação e reforço acadêmico que, aplicados concomitantes a práticas de gestão, permitem o permanente acompanhamento do desempenho dos alunos.



Os diferentes objetos de aprendizagem produzidos ou curados pela Companhia ficam disponíveis em formato digital num único lugar, a SAVA (Sala de Aula Virtual de Aprendizagem), com acesso gratuito, disponível para todos os tipos de aparelhos (celulares, tablets, computadores), on time e sem necessidade de solicitação. Essa convergência midiática permite reunir, em um mesmo ambiente virtual, todos os recursos didáticos para alunos e professores, garantindo o acesso integral aos livros da Biblioteca Virtual, além de portais de periódicos, livro didático próprio, videoaulas, conteúdo on-line, smartbooks, roteiros de estudo, apresentações utilizadas nas aulas e outros recursos.

Esse conjunto, somado às atividades acadêmicas complementares com seus eixos transversais voltados para cidadania, empreendedorismo, direitos humanos e sustentabilidade, contribui para a formação de profissionais competentes e com melhores oportunidades de colocação no mercado de trabalho.

O modelo de ensino é uma forma de responder à necessidade de escalabilidade, mobilidade e sustentabilidade dos serviços educacionais prestados pela Companhia, com o aprimoramento permanente da qualidade acadêmica e da responsabilidade social.

Qualidade de ensino e Gestão da Aprendizagem

A Companhia implantou uma série de ferramentas e processos que permitem aos professores e equipes acadêmicas monitorar a qualidade acadêmica e a satisfação dos alunos, bem como identificar as fragilidades e potencialidades de cada um dos alunos a partir do desempenho em provas, exercícios e simulados.

Com a contribuição de seus professores, a Companhia conta com um banco de questões com cerca de 612 mil itens validados para uso em simulados e avaliações, além das questões produzidas e em processo de validação. Esse recurso permite que sejam realizadas provas nacionais integradas e projetos de reforço acadêmico, o que possibilita uma análise minuciosa dos resultados e consequentes dados analíticos ricos, inteligentes a ponto de permitirem ajustes de desvios, ranking, médias, percentuais de desempenho em todos os níveis (por aluno, turma, unidade, curso, região).

Baseada nas análises dos relatórios de desempenho acadêmico, a Companhia vem continuamente aprimorando a gestão da aprendizagem e os projetos de retenção acadêmica. Em 2019, o Programa de Reforço Acadêmico envolveu os seguintes projetos:

- "Avaliando o Aprendizado", com mais de 80% da base de alunos presenciais realizando simulados preparatórios para as avaliações;
- "Nova Chance", com mais de 73 mil alunos em programa de recuperação paralela tendo chances reais de reversão de resultados ruins;
- "Prepara", com mais de 89 mil acessos a aulas de revisão ao vivo e chat antes das principais provas;
- Simulado AV1, com mais de 550 mil simulados realizados, oportunizando obtenção de pontos extras na primeira avaliação por meio de simulados realizados pelos alunos nas primeiras semanas de aula e;



 "Dependência", com mais de 11 mil alunos reprovados em disciplinas cursando a disciplina em dependência simultaneamente ao semestre subsequente, em menor tempo e sem impacto na sua progressão acadêmica quando aprovado.

Além disso, foram revisados os critérios de avaliação de diversas disciplinas e implantado o projeto piloto de avaliação formativa em 12 disciplinas que são compartilhadas entre cursos comuns a uma mesma área de conhecimento.

Regulatório

Avaliação: ENADE e visitas in-loco

O resultado dos cursos das Instituições da Estácio avaliados no ciclo ENADE 2018 foi publicado no Diário Oficial da União no dia 12 de dezembro de 2019. Dos 422 cursos (nas modalidades presencial e EAD), das áreas de conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins que não tenham cursos também avaliados no âmbito das licenciaturas, e Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design, avaliados com conceitos que variam em uma escala de faixa de 1 a 5, 92% obtiveram Conceito Preliminar de Curso (CPC) satisfatório.

Em relação ao Índice Geral de Cursos (IGC), 98% dos cursos das Instituições da Companhia obtiveram IGC satisfatório, em uma escala de 1 a 5.

Em relação às visitas in-loco, igualmente relevante para a consolidação do modelo em termos regulatórios, das avaliações realizadas pelo MEC em todo o Brasil em 2019 (109 visitas para verificação de cursos e 5 visitas institucionais), 100% receberam notas satisfatórias, sendo que 94 (86%) dos cursos receberam notas 4 e 5 (excelência) em uma escala de 1 a 5.

Avaliação: Mestrado e Doutorado

Em razão da periodicidade quadrienal, a boa avaliação nos cursos de pós-graduação stricto sensu (cursos de mestrado e doutorado) vem sendo mantida, segundo a escala da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O Mestrado e Doutorado em Direito com a nota 5 é destaque no estado do Rio de Janeiro. A qualidade atestada pela nota 4 dos Mestrados e Doutorados em Educação e em Odontologia, a mesma avaliação dos Mestrados Profissionais em Administração e Desenvolvimento Empresarial e em Saúde da Família, indica a continuação da excelência desses cursos.

Transformação da Organização Acadêmica das Instituições

Durante o ano de 2019, o MEC publicou as portarias de credenciamento de centro universitário, por transformação da organização acadêmica, das seguintes Instituições:

i) **Centro Universitário Estácio de Sergipe**: aprovado com nota 4 na visita de avaliação in loco (escala de 1 a 5), localizado no município de Aracaju, estado de Sergipe.



ii) **Centro Universitário Estácio São Luís**: aprovado com nota 4 na visita de avaliação in loco (escala de 1 a 5), localizado no município de São Luís, estado do Maranhão.

Projeto Mais Médicos I – Edital nº 6/2014/SERES/MEC

Faculdade Estácio de Juazeiro: No dia 3 de setembro de 2019, foi publicada a Portaria de aumento de vagas de 55 vagas totais anuais para 155 vagas totais anuais do Curso de Medicina da Faculdade Estácio de Juazeiro, localizada no município de Juazeiro, no estado da Bahia.

Projeto Mais Médicos II – Edital nº 1/2018/SERES/MEC

No dia 15 de outubro de 2019, foi publicada a Portaria nº 460/2019, que homologou o resultado final do Edital nº 1/2018/SERES/MEC em relação ao município de Iguatu/CE (credenciamento de campus fora de sede do Centro Universitário Estácio do Ceará e autorização de curso de Medicina), com a seleção da mantenedora IREP Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. para o município.

Governança Corporativa

Qualidade, excelência de gestão, integridade empresarial, conformidade ética e disseminação do acesso à educação no país são compromissos da YDUQS com os seus acionistas e com todos os públicos com os quais interagimos.

Em novembro de 2008, quando ainda éramos apenas Estácio, aderimos ao Novo Mercado, o mais alto nível de Governança Corporativa do Brasil, em busca de maior transparência e eficiência de nossa Administração. Com isso, passou-se a observar as normas e condições previstas no Regulamento do Novo Mercado, tais como: capital social formado exclusivamente por ações ordinárias, eleição de membros independentes para o Conselho de Administração e solução de conflito através de arbitragem perante a Câmera de Arbitragem do Mercado.

A pulverização do capital ocorreu em outubro de 2010, e a partir do ano seguinte, a então Estácio passou a adotar a partir de 2011, práticas de governança, tais como: (i) disponibilização do Manual do Acionista para participação nas Assembleias Gerais (ii) associação ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), a partir de 2012; (iii) publicação anual do Relatório de Sustentabilidade, a partir de 2014, com adoção da metodologia da Global Reporting Initiative ("GRI") e suas Diretrizes G4, seguindo padrões internacionais de governança; (iv) publicação e constante atualização de Políticas Corporativas, como Política de Negociação de Valores Mobiliários (2007), Política de Ato e Fato Relevante (2007), Política Transações entre Partes Relacionadas (2015), Política de Gerenciamento de Riscos (2017, atualizado em 2018), Política de Remuneração (2018), Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e dos Comitês (2018), Política de Segurança da Informação (2017, atualizado em 2018), Código de Ética e de Conduta (2008, com a última atualizado em 2016) e Código Anticorrupção (2016), em conjunto denominadas Políticas Corporativas da Companhia.



A partir de 2017, considerando as novas regras de governança e compliance outorgadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pela B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão S.A. ("B3"), bem como as melhores práticas adotadas no mercado nacional e internacional, a Companhia passou e disseminar práticas de governança para todos os seus stakeholders, como por exemplo: (i) Campanhas institucionais internas periódicas de compliance; (ii) treinamentos periódicos aos Colaboradores e Administradores; (iii) atualização e criação de políticas corporativas, regimentos internos e códigos, divulgadas no website (www.yduqs.com.br), no Portal de Governança da Companhia e nos sistemas dos agentes reguladores; (iv) transformação de Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração em estatutários; (v) criação de Comitês de Assessoramento à Diretoria; (vi) reformulação do escopo de atuação de auditoria interna e implementação de uma área de gerenciamento de riscos; (vii) criação de um Canal Confidencial de Denúncias; (viii) utilização e fidelização do Portal de Governança utilizados pelos Administradores da Companhia, pelos membros do Conselho Fiscal e pelos membros dos Comitês estatutários de assessoramento ao Conselho de Administração do Portal de Governança - um canal versátil, seguro, transparente e prático de acesso e guarda de informações da Companhia, bem como um meio de acompanhamento da agenda de reuniões, pautas, material de apoio, atas e relatórios da Companhia.

Administração

A Administração da Companhia é composta pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria e conta com o apoio de um Conselho Fiscal. Sua administração e gestão são pautadas pelos requisitos legais e regulamentares em vigor, incluindo o novo Regulamento do Novo Mercado.

O Conselho de Administração da YDUQS é atualmente composto por nove membros efetivos independentes, com mandato de dois anos, todos com reputação ilibada, expertises multidisciplinares nacional e internacional, diversidade de nacionalidade, de faixa etária e de formação acadêmica.

Os membros do Conselho de Administração são assessorados por quatro comitês estatutários – o Comitê de Gente e Governança, o Comitê de Auditória e Finanças, o Comitê de Acompanhamento de Performance e o Comitê Acadêmico, os quais seguem estritamente as regras de seus respectivos regimentos internos aprovados em Assembleia Geral. O Conselho de Administração, seus Comitês de assessoramento e a Diretoria são anualmente avaliados, em busca de adoção de práticas contínuas de melhorias.

A Diretoria Estatutária é composta por quatro executivos, com mandato de dois anos, todos com reputação ilibada, expertise multidisciplinar, diversidade de formação acadêmica, faixa etária e eleitos pelo Conselho de Administração, são eles: um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor de Ensino e um Diretor Sem Designação Específica. Além dos membros da Diretória Estatutária, a Diretoria Executiva é composta por outros quatro diretores executivos, responsáveis pelas áreas de Mercado, Relações Institucionais, Conteúdo Digital e Operações Corporativas.



O Conselho Fiscal, com mandato de um ano permitida a reeleição, é composto por três membros efetivos e o mesmo número de suplentes, todos independentes, com reputação ilibada, expertise de contabilidade societária, diversidade de faixa etária, sexo e formação acadêmica, cujas atribuições e poderes atendem aos requisitos legais e regulamentares, inclusive aqueles do novo Regulamento do Novo Mercado, do seu Regimento Interno e do Estatuto Social da Companhia, bem como às melhores práticas de mercado nacionais e internacionais.

Mercado de Capitais

A YDUQS tem suas ações ordinárias negociadas no Novo Mercado da B3 sob o código "YDUQ3", a companhia também possui um programa de ADR nível I negociadas no mercado norte-americano sob o código "YDUQY". Em 2019, as ações da YDUQS encerraram ao valor de R\$47,50, um crescimento de 99,9% nos últimos doze meses, e um aumento de 40,2% se comparado com 24 meses anteriores. Neste mesmo período o Ibovespa apresentou uma valorização de 31,6% e 52,0% respectivamente. O volume financeiro médio diário de negociação das ações da YDUQS foi de R\$91,3 milhões, uma redução de 7,8% em relação ao anterior. A área de Relações com Investidores está focada em melhorar a avaliação da Companhia no mercado, aumentar a liquidez de suas ações e estreitar o relacionamento com seus investidores.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social Corporativa

Programa Educar Para Transformar

As ações de Responsabilidade Social Corporativa da Companhia, orientadas pelo Programa Educar para Transformar, estão ancoradas em cinco pilares: **Estácio no Esporte, Estácio na Escola, Estácio Cidadania, Estácio Cultural e** o novo pilar de **Inovação & Empreendedorismo**. Essas são as bases estruturantes das contribuições da Companhia para o desenvolvimento social do Brasil.

No sentido de disseminar informações sobre as nossas melhores práticas corporativas associadas ao Programa Educar para Transformar, sintetizamos algumas experiências bem-sucedidas desenvolvidas pela Companhia. Além de evidenciarem os impactos positivos gerados nas localidades onde atuamos, essas iniciativas também sinalizam a importância do fortalecimento das ações realizadas em redes de parceria e cooperação. Acreditamos que é dessa forma que avançamos, continuamente, rumo à internalização do conceito de sustentabilidade no nosso cotidiano e, assim, também contagiamos os interlocutores com os quais dialogamos e nos relacionamos.

Engajamento e desenvolvimento local

A Estácio divide suas unidades em quatro regionais e em todas foram implementados programas de engajamento da comunidade, de avaliação de impactos e de desenvolvimento local. Os Gestores Regionais, Núcleos e Unidades de todo o Brasil têm a responsabilidade de identificar oportunidades, além de desenvolver e gerir ações e projetos de Responsabilidade Social Corporativa, alinhados ao Programa Educar para Transformar e ao posicionamento de marca.



As unidades desenvolvem inúmeras ações sociais e projetos de extensão, de acordo com os cursos que oferecem. Muitos possuem a obrigatoriedade de desenvolver atividades práticas como parte do currículo, supervisionadas pelos professores. São exemplos nesse sentido: Direito (Núcleo de Práticas Jurídicas, com atendimento à comunidade); Psicologia e Licenciaturas (atendimentos e estágios); além de Contabilidade (promove iniciativas de educação financeira e apoio no preenchimento da declaração de Imposto de Renda).

Estácio no Esporte

Para a Estácio, educar é mais do que transmitir conhecimento. Envolve a construção de valores e o estímulo à superação e à autonomia com ética, espírito coletivo e compromisso social. O esporte envolve esses componentes, o que o torna um complemento fundamental do processo educativo e da formação da cidadania. Por isso, investimos em ações e projetos sociais que integram esporte e educação, promovendo transformações individuais e coletivas duradouras. Pensando nos milhares de jovens brasileiros que tem em seus ídolos uma inspiração e no esporte uma chance real de crescimento, patrocinamos grandes eventos esportivos (por meio de lei de incentivo com renúncia fiscal) e atletas, ajudando a formar campeões dentro e fora do esporte.

Time Estácio

O Time Estácio é uma seleção de atletas de diversas modalidades que são apoiados pela Instituição. Para que os campeões das pistas, piscinas e ginásios tenham sucesso também em outras áreas de suas vidas, sua trajetória esportiva deve ser complementada por uma boa formação acadêmica. A Estácio apoia mais de 500 esportistas, das categorias de base até atletas de alto rendimento, com bolsa de estudos nas modalidades presencial e a distância. Os cursos de EAD possibilitam aos membros do Time que não interrompam seus estudos em caso de viagens para competições e treinamentos.

Estácio na Escola

A educação é um processo continuado que tem forte efeito multidisciplinar e poder de transformação social. Para garantir que atinja seu fim e que não seja descontinuado, investimos em ações que estimulem e qualifiquem a realidade educacional do país, impactando alunos e professores dos ensinos médio e fundamental, sobretudo do ensino público. Atuamos em diversas frentes, dialogamos com as secretarias de educação, apoiamos escolas, promovemos a troca de experiência entre nossos professores e estudantes e estimulamos ações educativas transformadoras.

Projeto de Alfabetização e Letramento de Adultos

Lançado em abril de 2018, o Projeto de Alfabetização e Letramento de Jovens e Adultos é oferecido em quatro Unidades do Rio de Janeiro – Queimados (Baixada Fluminense), Alcântara (Região Metropolitana), Via Brasil (em Irajá, Zona Norte do Rio) e Ilha do Governador (Zona Norte) – e em Carapicuíba (São Paulo), Taguatinga (Brasília) e Natal (Rio Grande do Norte). Em 2020, o projeto vai expandir para novas unidades no Rio de



Janeiro (Nova América, na Zona Norte e Taquara na Zona Oeste), Resende (Sul Fluminense), além de Interlagos (São Paulo) e Aracaju (Sergipe).

Em 2019, desenvolvemos uma nova metodologia para o ensino-aprendizagem de leitura e escrita do projeto. Trata-se de um método híbrido que reúne atributos tanto do método analítico quando do sintético, e considera os conhecimentos que o aluno possui e as suas características de descobertas, suas ideias e hipóteses sobre a funcionalidade da leitura e escrita. Por um período de quatro meses, os adultos e jovens tem aulas com docentes e estudantes dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas – como Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática. Pela nova metodologia, nas 140 horas de aula, 100 serão presenciais e 40 por ensino a distância, com o uso das metodologias de sala de aula invertida, recursos multimídia e jogos e aplicativos mobile. As turmas têm até 24 estudantes e, ao final do curso, os alunos deverão ser capazes de ler e escrever pequenos textos, com compreensão, além de resolver problemas matemáticos. Esse preparo é necessário para que os adultos possam ingressar no EJA (Educação de Jovens e Adultos). A ideia é que a iniciativa seja ampliada para demais estados. Em um país onde 7% da população ainda é analfabeta, um projeto como esse tem uma ousada meta: erradicar o analfabetismo nas comunidades do entorno das unidades da Estácio nos próximos anos.

Estácio Cidadania

Acreditamos que a sociedade mais justa precisa investir no fortalecimento das práticas de cidadania. Este pilar se alinha na nossa missão de Educar para Transformar por meio de apoio a instituições, ONGs e outras parcerias na área de responsabilidade social. Apoiamos, com bolsa de estudo, jovens em situação de vulnerabilidade social, já assistidos pelas organizações parceiras. Com o Portal Estácio Voluntário (www.estacio.br/voluntario), estimulamos o engajamento de nossos colaboradores docentes e administrativos, envolvendo-os de modo consistente em nossa missão.

Estácio Cultura

A cultura tem um papel fundamental no processo de desenvolvimento da cidadania, na formação dos sensos crítico e estético e na ampliação da visão do mundo dos indivíduos. Por acreditar que a cultura deve ser acessível para todos, a Estácio apoia projetos culturais que têm impacto positivo nas comunidades em que atua. O pilar Estácio Cultura ajuda a promover e a produzir, por meio de leis de incentivo fiscal, montagens teatrais, shows de música, exposições de artes plásticas, filmes e a publicação de livros, iniciativas que democratizam o acesso aos bens culturais e deixam um importante legado para as comunidades impactadas.

Estácio Inovação & Empreendedorismo

Lançado em 2018, o pilar Inovação e Empreendedorismo busca promover soluções diferenciadas que reforcem a posição da Estácio como protagonista no seguimento de novas tecnologias para educação. A ideia é conectar a Instituição com os ecossistemas nacional e internacional de inovação e empreendedorismo, internalizando uma mentalidade voltada à cooperação e potenciais parcerias com outras organizações.



Colaboradores

Os resultados obtidos em 2019 são também representados pelo engajamento de seus Colaboradores com o modelo de negócio e com a cultura organizacional da companhia. Com forte investimento no treinamento e desenvolvimento das equipes acadêmicas e de gestão, a Companhia encerrou o ano com 12.286 Colaboradores, sendo 7.215 docentes e 5.071 em áreas administrativas e de apoio ao ensino.

No total, a Companhia pagou em 2019 o equivalente a R\$1,246 bilhões em salários e encargos sociais.

O perfil da população de Colaboradores da Companhia, destaca-se pela sua diversidade de sexo e idade. A população é composta por 48% de homens e 52% de mulheres, considerando uma média geral de idade de 39 anos (incluindo administrativos, apoio e docentes). A distribuição por faixa etária (incluindo docentes) ocorre da seguinte forma: (i) 9% abaixo de 26 anos; (ii) 33% entre 26 e 35 anos; (iii) 32% entre 36 e 45 anos; (iv) 21% entre 46 e 60 anos; e (v) 5% acima de 60 anos. É exatamente a combinação dessas pessoas que contribuem para o atingimento de resultados cada vez melhores.

Sistema de Gestão e Remuneração Variável

A Companhia conta com mais de 570 gestores com metas específicas baseadas em indicadores financeiros e não financeiros. Hoje, 100% dos colaboradores administrativos, exceto estagiários e terceiros, são elegíveis a programas de Remuneração Variável, de acordo com o desempenho da área e os resultados de toda a companhia. A Companhia conta ainda com programas de remuneração específicos para coordenadores de curso. Atualmente possui 67 executivos nos Planos de Incentivo de longo prazo.

A Companhia avança com o Programa de Excelência em Gestão – PEG, através do qual as unidades se avaliam em relação ao padrão de referência esperado para os processos nos pilares Atração de Alunos, Vida Acadêmica, Experiência com Aluno, Gestão de Talentos, Gestão Administrativa e Financeira e Percepção do Aluno. Em 2019, tivemos o oitavo ciclo de avaliações do PEG, reconhecendo e premiando as unidades que alcançaram o melhor desempenho.

Como parte do processo de acompanhamento constante de resultados, o Sistema de Gestão agrega além da reunião de Gestão de Desempenho de Operações (GDO), uma série de outras reuniões sistematizadas como a Gestão de Desempenho Acadêmico (GDA), com foco em Ensino.

A companhia conta ainda com um sistema interno online de Gestão da Padronização (SGP), que reúne informações sobre todos os Documentos Normativos da Companhia. A transparência nos processos, políticas e diretrizes institucionais, bem como a facilidade de acesso, auxiliam na execução de tarefas, estimulam o aprendizado e contribuem para a garantia da qualidade.



Auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes, esclarecemos que nossa política de relacionamento com nossos auditores independentes relativa à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está substanciada nos princípios que preservam a independência do auditor. Os auditores independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") foram contratados para os serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor total dos honorários devidos por este trabalho totalizou R\$1.558.147,00

Serviço	Honorários	Prazo	Natureza
Auditoria	1.558.147,00	De abril 2019 a março 2020	Revisões trimestrais e exame das demonstrações financeiras de 2019
TOTAL	1.558.147,00		

Cláusula Compromissória

A Estácio Participações S.A. ("Companhia", "YDUQS"), está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme descrito no Artigo XII constante do Estatuto Social da Companhia.

Agradecimentos

Todas as conquistas no decorrer de 2019 só foram possíveis graças ao apoio e à confiança, recebidos dos acionistas, alunos, fornecedores e instituições financeiras. A Administração da Companhia agradece, de forma especial, à dedicação e ao empenho de seus docentes e colaboradores. Muito obrigado!

A Administração

Declaração da Diretoria Executiva

Em cumprimento ao art. 25, V e VII inc. da Instrução CVM 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. ("Companhia", "YDUQS"), declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordam com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Eduardo Parente Menezes, Eduardo Haiama, Adriano Pistore e José Aroldo Alves Júnior.

Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2
Dfs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	11
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	12
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
Dfs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	20
Demonstração do Fluxo de Caixa	21
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	23
DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	24
DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	25
Demonstração de Valor Adicionado	26
Notas Explicativas	27
Proposta de Orçamento de Capital	86
Pareceres E Declarações	
Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	87
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	91
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)	92

Índice

 Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)	94
 Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	95
Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	96

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2019	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	309.089	
Preferenciais	0	
Total	309.089	
Em Tesouraria		
Ordinárias	8.428	
Preferenciais	0	
Total	8.428	

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2018	Dividendo	14/06/2018	Ordinária		0,32551
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	26/04/2019	Dividendo	13/06/2019	Ordinária		0,51018

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

1.01 Alvo Circulante 476.006 552.441 1.01.01 Caixa a Equivalente de Caixa 74 146 1.01.01 Opinibilidades e Valores Equivalentes 74 146 1.01.02.01 Aplicações Financeiras 208.478 239.672 1.01.02.01 Policações Financeiras Avalladas a Valor Justo através do Resultado 208.478 239.672 1.01.02.01 Centificados do Depósitos Bancários - CDB 14,400 8.00 0 1.01.02.01 Debritures de Instituções Financeiras 194.07 231.03 0 1.01.02.01 Debritures de Instituções Financeiras 194.07 231.03 0 1.01.02.01 Debritures de Instituções Financeiras 283 0	Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.01.01 Caixa e Equivalentes de Caixa 74 146 1.01.01.01 Disponibilidades e Valores Equivalentes 74 146 1.01.02.01 Aplicações Financeiras Avalladas a Valor Justo através do Resultado 208.478 239.672 1.01.02.01.02 Aplicações Financeiras Avalladas a Valor Justo através do Resultado 208.478 239.672 1.01.02.01.03 Certificados de Depósitos Bancários - CDB 14.400 8.640 1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 194.078 231.032 1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 283 0 1.01.03.01 Outros Alvivos Circulantes 283 0 1.01.08.03 Outros Alvivos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.02 Ividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Ividendos a Receber 349.306 2.973.025 1.02.01 Alvivo Realizável a Longo Prazo 349.306 2.973.025 1.02.01 Alvivo Realizável a Longo Prazo 36.786 41.321 1.02.01.07 Invosa Alvivos Não Circulantes 36.552 41.210	1	Ativo Total	3.905.972	3.525.466	3.405.141
1.01.01.01 Disponibilidades e Valores Equivalentes 74 1.06 1.01.02 Aplicações Financeiras 208.478 239.672 1.01.02.01 Aplicações Financeiras Avalidadas a Valor Justo através do Resultado 208.478 239.672 1.01.02.01.02 Certificados de Depósitos Bancários - CDB 14.400 8.640 1.01.02.01.05 Pundo de Investimento 194.078 231.032 1.01.02.01.05 Pundo de Investimento 283 0 1.01.08.01 Outros Ativos Cliculantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Outros Ativos Cliculantes 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Injusto de Receber 38.40 2.145 1.02.03 Injusto de Contribuições 3.840 2.145 1.02.01.07 Aivo Não Circulante 3.223.68 2.973.025 1.02.01.07 Imposto de Renda e Contribuições 3.840 1.11 1.02.01.07 Imposto de Renda e Contribuições 3.840 1.11 1.02.01.00 Imposto de Renda e Contribuições 3.678 41.21 1.02.01.01 </td <td>1.01</td> <td>Ativo Circulante</td> <td>476.606</td> <td>552.441</td> <td>456.563</td>	1.01	Ativo Circulante	476.606	552.441	456.563
1.01.02 Aplicações Financeiras 208.478 239.672 1.01.02.01 Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado 208.478 239.672 1.01.02.01.03 Certificados do Depósitos Bancários - CDB 114.00 8.640 1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 194,078 231.032 1.01.07 Despesas Antecipadas 263 0 1.01.08.03 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Vutros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Vutros Ativos Circulantes 27.771 312.623 1.01.08.03 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03 Propostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02.01 Ativo Não Circulante 3.7076 41.321 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 308 111 1.02.01.00 Impostos e Contribuições Social Diferidos 308 111 1.02.01.00 Impostos e Contribuições Social Social Diferi	1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	74	146	241
1.01.02.01 Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado 208.478 209.672 1.01.02.01.02 Certificados de Depósitos Bancários - CDB 14.400 8.640 1.01.02.01.05 Eudod de Investimento 194.078 231.032 1.01.07 Despesas Antecipadas 263 0 1.01.08.03 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.03 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.03 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02.01 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Não Circulante 3.499.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Não Circulante 3.08 1.11 1.02.01.07 Tributos Diferidos 3.08 1.11 1.02.01.07 Tributos Diferidos 3.08 1.11 1.02.01.00 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 3.6552 41.210 1.02.01.01 Depósitos Judicais <t< td=""><td>1.01.01.01</td><td>Disponibilidades e Valores Equivalentes</td><td>74</td><td>146</td><td>241</td></t<>	1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	74	146	241
1.01.02.01.03 Certificados de Depósitios Bancários - CDB 14.400 8.640 1.01.02.01.04 Debêntures de Instituições Financeiras 0 0 1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 194,078 231.032 1.01.08.07 Despeasa Antecipadas 283 30.0 1.01.08.08 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.399 310.000 1.02.08.03 Dividendos a Receber 38.49 2.973.025 1.02.01 Ativo Não Circulante 34.293.68 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 30.8 111 1.02.01.10 Junpostos de Renda e Contribuição Social Diferidos 36.78 41.210 1.02.01.10 Utros Ativos Não Circulantes 36.78 41.210 1.02.01.10 Utros Ativos Não Circulantes 36.78 41.210 1.02.01.10 Impostos e Contribuições 26.12.14 2.151.500 1.02.02.01 Participações	1.01.02	Aplicações Financeiras	208.478	239.672	45.820
1.01.02.01.04 Debêntures de Instituições Financeiras 0 0 1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 194.078 231.032 1.01.07 Despesas Antecipadas 283 0 1.01.08 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Ividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tibutos Diferidos 308 111 1.02.01.07 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 36.768 41.21 1.02.01.01 Jurgosto de Renda e Contribuição Social Diferidos 36.758 41.21 1.02.01.10.03 Imposto se Contribuição Social Diferidos 36.758 41.21 1.02.01.10.04 Depósticos Judicais 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01	1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	208.478	239.672	45.820
1.01.02.01.05 Fundo de Investimento 194.078 231.032 1.01.07 Despesas Antecipadas 283 0 1.01.08 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.999 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02.01 Ativo Não Circulante 3.293.366 2.973.025 1.02.01.07 Tributos Diferidos 3.08 111 1.02.01.07 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.01 Juposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.01 Utros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 36.552 41.210 1.02.01.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Sufficial 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1	1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	14.400	8.640	8.213
1.01.07 Despesas Antecipadas 283 0 1.01.08 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Outros 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.909 310.000 1.02.08.03 Impostos e Contribuições 3.48.936 2.973.025 1.02.01 Ativo Não Circulante 34.29.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07 Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.07 Impostos e Contribuição Social Diferidos 36.768 41.210 1.02.01.08 Impostos e Contribuição Social Diferidos 36.768 41.210 1.02.01.10 Impostos e Contribuição Social Miseridos 2612.10 2.151.500 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuição Social Miseridos 2.612.10 2.151.500 1.02.02.10.10 Impostos e Contribuição Social Miseridos 2.612.10 2.151.500 1.02.	1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	0	0	44
1.01.08 Outros Ativos Circulantes 267.771 312.623 1.01.08.03 Outros 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02.01 Ativo Rão Circulante 3429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Radizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07 Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.01 Jurisos Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Investimentos 2.612.410 2.151.500 1.02.02.11.03 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imbilizado em Operação 11 <t< td=""><td>1.01.02.01.05</td><td>Fundo de Investimento</td><td>194.078</td><td>231.032</td><td>37.563</td></t<>	1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	194.078	231.032	37.563
1.01.08.03 Outros 267.771 312.623 1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 36.768 41.210 1.02.01.02 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imbilizado em Operação 11 15	1.01.07	Despesas Antecipadas	283	0	25
1.01.08.03.01 Partes Relacionadas 22 478 1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 308 111 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.01.01 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Impobilizado 11 15 1.02.03.01 Impólizado em Operação 11 15	1.01.08	Outros Ativos Circulantes	267.771	312.623	410.477
1.01.08.03.02 Dividendos a Receber 263.909 310.000 1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10.01 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 2612.140 2.151.500 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Impoblizado 11 15 1.02.03.01 Impoblizado em Operação 11 15	1.01.08.03	Outros	267.771	312.623	410.477
1.01.08.03.03 Impostos e Contribuições 3.840 2.145 1.02 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Impóliizado 11 15 1.02.03.01 Impóliizado em Operação 11 15	1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	22	478	15.612
1.02 Ativo Não Circulante 3.429.366 2.973.025 1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02.01 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.01.08.03.02	Dividendos a Receber	263.909	310.000	390.957
1.02.01 Ativo Realizável a Longo Prazo 37.076 41.321 1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02.01 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.01.08.03.03	Impostos e Contribuições	3.840	2.145	3.908
1.02.01.07 Tributos Diferidos 308 111 1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02	Ativo Não Circulante	3.429.366	2.973.025	2.948.578
1.02.01.07.01 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos 308 111 1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Impólitzado 11 15 1.02.03.01 Impólitzado em Operação 11 15	1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	37.076	41.321	37.166
1.02.01.10 Outros Ativos Não Circulantes 36.768 41.210 1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.01.07	Tributos Diferidos	308	111	0
1.02.01.10.03 Impostos e Contribuições 36.552 41.210 1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	308	111	0
1.02.01.10.04 Depósitos Judicais 216 0 1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	36.768	41.210	37.166
1.02.02 Investimentos 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.01.10.03	Impostos e Contribuições	36.552	41.210	36.981
1.02.02.01 Participações Societárias 2.612.140 2.151.500 1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.01.10.04	Depósitos Judicais	216	0	185
1.02.02.01.02 Participações em Controladas 2.612.140 2.151.500 1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.02	Investimentos	2.612.140	2.151.500	2.118.132
1.02.03 Imobilizado 11 15 1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.02.01	Participações Societárias	2.612.140	2.151.500	2.118.132
1.02.03.01 Imobilizado em Operação 11 15	1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.612.140	2.151.500	2.118.132
	1.02.03	Imobilizado	11	15	0
1 02 04 Intangivel 780 130 780 180	1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11	15	0
1.02.04 Intaligive	1.02.04	Intangível	780.139	780.189	793.280
1.02.04.01 Intangíveis 780.139 780.189	1.02.04.01	Intangíveis	780.139	780.189	793.280

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Descrição da Conta Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.04.01.02 Outros Intangíveis	74	124	13.215
1.02.04.01.03 Ágio	780.065	780.065	780.065

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	3.905.972	3.525.466	3.405.141
2.01	Passivo Circulante	173.714	930.653	429.978
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	651	330	352
2.01.01.01	Obrigações Sociais	70	65	71
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais	70	65	71
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	581	265	281
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	581	265	281
2.01.02	Fornecedores	1.643	2.133	2.205
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.643	2.133	2.205
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	1.643	2.133	2.205
2.01.03	Obrigações Fiscais	138	186	172
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	135	181	167
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	84	88	95
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	51	93	72
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3	5	5
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	3	5	5
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.586	773.709	326.072
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	13.586	773.709	326.072
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	13.586	773.709	326.072
2.01.05	Outras Obrigações	157.696	154.295	101.177
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	51	0	2
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	51	0	2
2.01.05.02	Outros	157.645	154.295	101.175
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	153.463	153.168	100.846
2.01.05.02.04	Outros	4.182	1.127	329
2.02	Passivo Não Circulante	629.906	3.404	197.906
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	601.549	3.086	193.343
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	601.549	3.086	193.343
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	601.549	3.086	193.343

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.02	Outras Obrigações	28.051	30	30
2.02.02.02	Outros	28.051	30	30
2.02.02.02.03	Outros	28.051	30	30
2.02.03	Tributos Diferidos	0	0	4.361
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	4.361
2.02.04	Provisões	306	288	172
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	306	288	172
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	306	288	172
2.03	Patrimônio Líquido	3.102.352	2.591.409	2.777.257
2.03.01	Capital Social Realizado	1.113.035	1.113.035	1.103.966
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.139.887	1.139.887	1.130.818
2.03.01.02	Gastos com Emissões de Ações	-26.852	-26.852	-26.852
2.03.02	Reservas de Capital	674.021	668.370	663.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	89.395	80.889	73.211
2.03.02.07	Ágio na Subscrição de Ações	584.626	587.481	590.770
2.03.04	Reservas de Lucros	1.315.296	810.004	1.009.310
2.03.04.01	Reserva Legal	178.980	146.673	114.428
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.330.347	869.972	1.025.336
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-194.031	-206.641	-130.454

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	681.453	668.021	499.557
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.423	-32.789	-38.676
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.376	272	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-143	-12.097
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	697.500	700.681	550.330
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	681.453	668.021	499.557
3.06	Resultado Financeiro	-35.510	-28.066	-96.271
3.06.01	Receitas Financeiras	13.228	8.583	13.428
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.738	-36.649	-109.699
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	645.943	639.955	403.286
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	197	4.918	21.304
3.08.02	Diferido	197	4.918	21.304
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	646.140	644.873	424.590
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	646.140	644.873	424.590
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,15056	2,11358	1,37464
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,14927	2,10313	1,37036

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	646.140	644.873	424.590
4.03	Resultado Abrangente do Período	646.140	644.873	424.590

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-6.730	-48.141	-87.874
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.002	-14.839	-15.463
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	645.943	639.955	403.286
6.01.01.02	Depreciação e amortização	54	13.092	16.484
6.01.01.03	Amortização dos custos de captação de empréstimo	845	2.460	8.602
6.01.01.04	Perda na baixa de imobilizado e intangível	0	0	26
6.01.01.05	Provisão para contingências	180	116	172
6.01.01.06	Atualização de créditos tributários	-1.143	-2.026	-3.043
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos e financiamentos	46.108	32.245	97.422
6.01.01.08	Outros	-1.050	0	-2.100
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-697.500	-700.681	-550.330
6.01.01.10	Impairment (Goodwill)	0	0	14.018
6.01.01.11	Opções outorgadas - Provisão stock options	561	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-728	-33.302	-72.411
6.01.02.01	Redução em outros ativos	455	15.699	-1.630
6.01.02.02	(Aumento) de despesas antecipadas	-283	25	190
6.01.02.03	(Aumento) Redução de impostos e contribuições a recuperar	4.106	-440	-1.209
6.01.02.04	(Redução) em fornecedores	-490	-72	391
6.01.02.05	Aumento (Redução) em obrigações tributárias	-48	14	-108
6.01.02.06	Aumento (Redução) em salários e encargos sociais	16	-22	84
6.01.02.07	Aumento em outros passivos	32.177	798	294
6.01.02.08	Redução em depósitos judiciais	-216	185	2.023
6.01.02.09	Juros pagos de empréstimo	-36.283	-49.489	-72.447
6.01.02.10	(Redução) condenações cíveis/trabalhistas	-162	0	1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	295.223	704.647	539.795
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	0	-15	0
6.02.02	Dividendos recebidos	310.000	720.957	550.000
6.02.03	Adiantamento para futuro aumento de capital	-14.777	-16.295	-10.205
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-319.759	-462.749	-533.195

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.03.01	Aquisição ações em tesouraria	0	-249.937	0
6.03.03	Amortização de empréstimos e financiamentos	-770.587	-327.986	-457.607
6.03.04	Dividendos pagos	-153.161	-500.835	-87.433
6.03.05	Utilização de ações em tesouraria decorrente de exercício de opções de ações	5.731	15.858	11.282
6.03.06	Valor recebido pela emissão de debêntures	600.000	600.000	0
6.03.07	Custos de captação de empréstimos	-1.742	151	563
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-31.266	193.757	-81.274
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	239.818	46.061	127.335
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	208.552	239.818	46.061

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.261	492.682	-646.140	0	-135.197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.265	0	0	0	-1.265
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-153.458	0	-153.458
5.04.08	Deságio na alienação de ações em tesouraria	0	-2.855	0	0	0	-2.855
5.04.09	Constituição de Reservas	0	0	32.307	-492.682	0	-460.375
5.04.10	Pagamento SOP	0	8.586	0	0	0	8.586
5.04.11	Redução de ações em tesouraria com pagto por ILP	0	4.024	0	0	0	4.024
5.04.12	Plano de Outorga de Ações Restritas	0	15.603	0	0	0	15.603
5.04.13	Pagamento Plano de Outorga de Ações Restritas	0	-5.832	0	0	0	-5.832
5.04.14	Retenção de Lucro	0	0	460.375	0	0	460.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	646.140	0	646.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	646.140	0	646.140
5.07	Saldos Finais	1.113.035	479.990	1.509.327	0	0	3.102.352

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.069	-71.798	-123.119	-644.873	0	-830.721
5.04.01	Aumentos de Capital	8.946	0	-8.946	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.678	0	0	0	7.678
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-246.648	0	0	0	-246.648
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-153.157	0	-153.157
5.04.08	Constituição de Reservas	0	0	32.244	-491.716	0	-459.472
5.04.09	Exercício de opções de ações	123	0	0	0	0	123
5.04.10	Adoção novas práticas IFRS 09	0	0	-51.286	0	0	-51.286
5.04.11	Cancelamento de ações em tesouraria	0	154.603	-154.603	0	0	0
5.04.12	Deságio na alienação de ações em tesouraria	0	-3.289	0	0	0	-3.289
5.04.13	Pagamento SOP	0	15.858	0	0	0	15.858
5.04.14	Dividendos intermediários	0	0	-400.000	0	0	-400.000
5.04.15	Retenção de Lucro	0	0	459.472	0	0	459.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	644.873	0	644.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	644.873	0	644.873
5.07	Saldos Finais	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.103.966	514.693	816.014	0	0	2.434.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.103.966	514.693	816.014	0	0	2.434.673
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.834	323.750	-424.590	0	-82.006
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.458	0	0	0	7.458
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	4.694	0	0	0	4.694
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-100.840	0	-100.840
5.04.08	Incentivo de Longo Prazo - ILP	0	94	0	0	0	94
5.04.09	Consituição de Reservas	0	0	21.230	-323.750	0	-302.520
5.04.10	Retenção de Lucro	0	0	302.520	0	0	302.520
5.04.11	Deságio na Subscrição de Ações	0	-4.694	0	0	0	-4.694
5.04.12	Pagamento SOP	0	11.282	0	0	0	11.282
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.590	0	424.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.590	0	424.590
5.07	Saldos Finais	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.867	-14.655	-15.788
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.705	-14.545	-15.617
7.02.04	Outros	-162	-110	-171
7.03	Valor Adicionado Bruto	-11.867	-14.655	-15.788
7.04	Retenções	-54	-13.092	-16.484
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54	-13.092	-16.484
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.921	-27.747	-32.272
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	710.835	706.809	542.277
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	697.500	700.681	550.330
7.06.02	Receitas Financeiras	13.228	8.583	13.428
7.06.03	Outros	107	-2.455	-21.481
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	698.914	679.062	510.005
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	698.914	679.062	510.005
7.08.01	Pessoal	4.637	4.064	4.974
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.637	4.045	4.973
7.08.01.02	Benefícios	0	19	1
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.425	-3.513	-19.470
7.08.02.01	Federais	1.425	-3.513	-19.470
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.712	33.638	99.911
7.08.03.01	Juros	46.712	33.638	99.911
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	646.140	644.873	424.590
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	646.140	644.873	424.590

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	5.512.492	4.102.463	4.021.095
1.01	Ativo Circulante	1.475.684	1.550.627	1.663.480
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	12.251	13.686	13.996
1.01.01.01	Disponibilidades e Valores Equivalentes	12.251	13.686	13.996
1.01.02	Aplicações Financeiras	596.861	804.360	510.450
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	596.861	804.360	510.450
1.01.02.01.03	Certificados de Depósitos Bancários - CDB	43.303	49.645	30.140
1.01.02.01.04	Debêntures de Instituições Financeiras	0	0	57
1.01.02.01.05	Fundo de Investimento	553.558	754.715	480.253
1.01.03	Contas a Receber	759.622	571.854	991.404
1.01.03.01	Clientes	759.622	571.854	991.404
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.034	6.034	6.544
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.916	154.693	141.086
1.01.08.03	Outros	99.916	154.693	141.086
1.01.08.03.01	Impostos e Contribuições	80.050	135.810	92.046
1.01.08.03.02	Outros	19.866	18.883	49.040
1.02	Ativo Não Circulante	4.036.808	2.551.836	2.357.615
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	693.832	476.683	334.763
1.02.01.07	Tributos Diferidos	163.025	136.576	70.617
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	163.025	136.576	70.617
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.758	5.519	5.105
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	526.049	334.588	259.041
1.02.01.10.03	Depósitos Judicais	76.090	81.702	102.808
1.02.01.10.04	Impostos e Contribuições	176.425	102.247	80.322
1.02.01.10.05	Contas a Receber	261.600	139.198	32.694
1.02.01.10.06	Outros	11.934	11.441	43.217
1.02.02	Investimentos	338	228	228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	338	228	228
1.02.02.02.01	Obras de Arte	338	228	228

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1.02.03	Imobilizado	1.732.222	661.105	602.416
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	706.740	612.548	556.682
1.02.03.01.01	Imobilizado em Operação	706.740	612.548	556.682
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	983.692	34.172	39.075
1.02.03.02.01	Imobilizado Arrendado	983.692	34.172	39.075
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	41.790	14.385	6.659
1.02.03.03.01	Imobilizado em Andamento	41.790	14.385	6.659
1.02.04	Intangível	1.610.416	1.413.820	1.420.208
1.02.04.01	Intangíveis	1.610.416	1.413.820	1.420.208
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	341.284	239.263	245.651
1.02.04.01.03	Ágio	1.269.132	1.174.557	1.174.557

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	5.512.492	4.102.463	4.021.095
2.01	Passivo Circulante	674.870	1.289.100	842.944
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	136.432	133.654	158.640
2.01.01.01	Obrigações Sociais	31.897	31.784	31.742
2.01.01.01.01	Obrigações Sociais	31.897	31.784	31.742
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	104.535	101.870	126.898
2.01.01.02.01	Obrigações Trabalhistas	104.535	101.870	126.898
2.01.02	Fornecedores	126.651	105.812	70.923
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	126.651	105.812	70.923
2.01.03	Obrigações Fiscais	39.767	39.151	81.089
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	22.450	20.816	65.789
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14.998	14.351	57.725
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	3.723	2.838	3.705
2.01.03.01.03	IOF	0	64	64
2.01.03.01.04	Parcelamento de Tributos	3.729	3.563	4.295
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	17.317	18.335	15.300
2.01.03.03.01	Obrigações Fiscais Municipais	17.317	18.335	15.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	170.054	795.789	349.274
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	170.054	795.789	349.274
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	170.054	795.789	349.274
2.01.05	Outras Obrigações	201.966	214.694	183.018
2.01.05.02	Outros	201.966	214.694	183.018
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	153.463	153.168	100.846
2.01.05.02.04	Mensalidades Antecipadas	18.397	17.176	13.341
2.01.05.02.05	Preço de Aquisição a Pagar	19.142	34.488	57.109
2.01.05.02.06	Outros	10.964	9.862	11.722
2.02	Passivo Não Circulante	1.735.270	221.954	400.894
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.481.598	21.426	218.047
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.481.598	21.426	218.047

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	21.426	218.047
2.02.02	Outras Obrigações	104.897	41.474	60.190
2.02.02.02	Outros	104.897	41.474	60.190
2.02.02.02.03	Parcelamento de Tributos	11.019	6.678	10.301
2.02.02.02.04	Preço de Aquisição a Pagar	44.541	13.852	29.989
2.02.02.02.05	Outros	49.337	20.944	19.900
2.02.03	Tributos Diferidos	2.889	5.186	14.177
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.889	5.186	14.177
2.02.04	Provisões	145.886	153.868	108.480
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	118.416	126.917	86.284
2.02.04.01.05	Provisões para Contingências	118.416	126.917	86.284
2.02.04.02	Outras Provisões	27.470	26.951	22.196
2.02.04.02.04	Provisão para Desmobilização de Ativos	27.470	26.951	22.196
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	3.102.352	2.591.409	2.777.257
2.03.01	Capital Social Realizado	1.113.035	1.113.035	1.103.966
2.03.01.01	Capital Social Realizado	1.139.887	1.139.887	1.130.818
2.03.01.02	Gastos com Emissões de Ações	-26.852	-26.852	-26.852
2.03.02	Reservas de Capital	674.021	668.370	663.981
2.03.02.04	Opções Outorgadas	89.395	80.889	73.211
2.03.02.07	Ágio na Subscrição de Ações	584.626	587.481	590.770
2.03.04	Reservas de Lucros	1.315.296	810.004	1.009.310
2.03.04.01	Reserva Legal	178.980	146.673	114.428
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.330.347	869.972	1.025.336
2.03.04.09	Ações em Tesouraria	-194.031	-206.641	-130.454

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.565.036	3.619.377	3.378.979
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.520.718	-1.632.812	-1.777.113
3.03	Resultado Bruto	2.044.318	1.986.565	1.601.866
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.144.300	-1.214.558	-1.058.355
3.04.01	Despesas com Vendas	-571.639	-553.046	-443.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-587.065	-614.298	-598.324
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15.012	9.747	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-608	-56.961	-16.470
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	900.018	772.007	543.511
3.06	Resultado Financeiro	-242.090	-118.827	-111.453
3.06.01	Receitas Financeiras	99.141	92.329	117.859
3.06.02	Despesas Financeiras	-341.231	-211.156	-229.312
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	657.928	653.180	432.058
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.788	-8.307	-7.468
3.08.01	Corrente	-49.803	-57.284	-41.156
3.08.02	Diferido	38.015	48.977	33.688
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	646.140	644.873	424.590
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	646.140	644.873	424.590
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	646.140	644.873	424.590
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,15056	2,11358	1,37464
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,14927	2,10313	1,37036

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	646.140	644.873	424.590
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	646.140	644.873	424.590
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	646.140	644.873	424.590

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	812.668	1.056.685	908.200
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.539.195	1.445.824	1.113.250
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	657.928	653.180	432.058
6.01.01.02	Depreciação e amortização	360.949	195.385	194.272
6.01.01.03	Amortização dos custos de captação de empréstimo	845	2.460	8.602
6.01.01.04	Perda na baixa de imobilizado e intangível	3.550	828	15.669
6.01.01.05	Provisão para devedores duvidosos	308.135	333.699	235.074
6.01.01.06	Provisão para perda - Outras contas a receber	80	58.879	0
6.01.01.07	Opções outorgadas - Provisão stock options	17.242	7.678	7.458
6.01.01.08	Provisão para contingências	76.408	134.786	108.224
6.01.01.09	Atualização de créditos tributários	-10.073	-5.930	-10.193
6.01.01.10	Juros sobre empréstimos e financiamentos	141.410	32.956	119.745
6.01.01.11	Atualização do contas a receber - FIES	0	-8.419	4.898
6.01.01.12	Ajuste a valor presente - Contas a receber	-17.293	35.597	-13.194
6.01.01.13	Outros	-1.827	67	-2.047
6.01.01.14	Atualização de compromissos a pagar	1.837	4.658	4.586
6.01.01.15	Ajuste a valor presente - Outros contas a receber	0	0	-5.702
6.01.01.16	Atualização de obrigação com desmobilização de ativos	4	0	-312
6.01.01.17	Provisão para incentivo de longo prazo (ILP)	0	0	94
6.01.01.18	Impairment (Goodwill)	0	0	14.018
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-726.527	-389.139	-205.050
6.01.02.01	(Aumento) em contas a receber	-597.925	-125.535	-75.222
6.01.02.02	(Aumento) Redução em outros ativos	-558	3.466	935
6.01.02.03	Redução de despesas antecipadas	-235	96	29.846
6.01.02.04	(Aumento) de impostos e contribuições a recuperar	-8.033	-59.312	1.028
6.01.02.05	Aumento em fornecedores	20.498	34.889	4.785
6.01.02.06	(Redução) em obrigações tributárias	-3.446	-32.917	-18.976
6.01.02.07	(Redução) em salários e encargos sociais	-5.054	-24.986	3.407
6.01.02.08	Aumento em mensalidades recebidas antecipadamente	1.221	3.835	-14.062

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01.02.09	Aumento (Redução) em outros passivos	30.528	-816	4.318
6.01.02.10	(Redução) em parcelamento de tributos	-2.351	-4.712	-2.771
6.01.02.11	Redução no ativo não circulante	0	0	17.200
6.01.02.12	Redução em depósitos judiciais	5.612	21.106	16.683
6.01.02.13	Juros pagos de empréstimo	-36.369	-49.281	-72.406
6.01.02.14	IRPJ e CSLL pagos	-46.021	-65.574	-13.190
6.01.02.15	Aumento em provisão com obrigações desmobilização de ativos	515	4.755	195
6.01.02.16	(Redução) em condenações cíveis/trabalhistas	-84.909	-94.153	-86.820
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-465.303	-291.930	-200.460
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-201.563	-160.703	-99.077
6.02.02	Aquisição de ativo intangível	-164.872	-87.811	-57.954
6.02.03	Ágio e fundo de comércio em investimento em empresas controladas	-112.845	0	0
6.02.04	Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	472	0	0
6.02.05	Preço de aquisição a pagar	13.505	-43.416	-43.429
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-556.299	-471.155	-587.303
6.03.01	Aquisição ações em tesouraria	0	-249.937	0
6.03.02	Valor de captação de empréstimos e financiamentos	0	16.897	0
6.03.03	Amortização de empréstimos e financiamentos	-1.007.127	-353.289	-511.715
6.03.04	Dividendos pagos	-153.161	-500.835	-87.433
6.03.07	Utilização de ações em tesouraria decorrente de exercício de opções de ações	5.731	15.858	11.282
6.03.08	Valor recebido pela emissão de debêntures	600.000	600.000	0
6.03.09	Custos de captação de empréstimos	-1.742	151	563
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-208.934	293.600	120.437
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	818.046	524.446	404.009
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	609.112	818.046	524.446

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409	0	2.591.409
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409	0	2.591.409
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.261	492.682	-646.140	0	-135.197	0	-135.197
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	-1.265	0	0	0	-1.265	0	-1.265
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-153.458	0	-153.458	0	-153.458
5.04.08	Deságio na alienação de ações em tesouraria	0	-2.855	0	0	0	-2.855	0	-2.855
5.04.09	Constituição de Reservas	0	0	32.307	-492.682	0	-460.375	0	-460.375
5.04.10	Pagamento SOP	0	8.586	0	0	0	8.586	0	8.586
5.04.11	Redução de Ação em Tesouraria com Pagtos por ILP	0	4.024	0	0	0	4.024	0	4.024
5.04.12	Plano de Outorga de Ações Restritas	0	15.603	0	0	0	15.603	0	15.603
5.04.13	Pagamento Plano de Outorga de Ações Restritas	0	-5.832	0	0	0	-5.832	0	-5.832
5.04.14	Retenção de Lucro	0	0	460.375	0	0	460.375	0	460.375
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	646.140	0	646.140	0	646.140
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	646.140	0	646.140	0	646.140
5.07	Saldos Finais	1.113.035	479.990	1.509.327	0	0	3.102.352	0	3.102.352

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257	0	2.777.257
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257	0	2.777.257
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.069	-71.798	-123.119	-644.873	0	-830.721	0	-830.721
5.04.01	Aumentos de Capital	8.946	0	-8.946	0	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.678	0	0	0	7.678	0	7.678
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-246.648	0	0	0	-246.648	0	-246.648
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-153.157	0	-153.157	0	-153.157
5.04.08	Constituição de Reservas	0	0	32.244	-491.716	0	-459.472	0	-459.472
5.04.09	Exercícios de opções de ações	123	0	0	0	0	123	0	123
5.04.10	Adoção novas práticas IFRS 09	0	0	-51.286	0	0	-51.286	0	-51.286
5.04.11	Cancelamento de ações em tesouraria	0	154.603	-154.603	0	0	0	0	0
5.04.12	Deságio na alienação de ações em tesouraria	0	-3.289	0	0	0	-3.289	0	-3.289
5.04.13	Pagamento SOP	0	15.858	0	0	0	15.858	0	15.858
5.04.14	Dividendos intermediários	0	0	-400.000	0	0	-400.000	0	-400.000
5.04.15	Retenção de Lucro	0	0	459.472	0	0	459.472	0	459.472
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	644.873	0	644.873	0	644.873
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	644.873	0	644.873	0	644.873
5.07	Saldos Finais	1.113.035	461.729	1.016.645	0	0	2.591.409	0	2.591.409

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.103.966	514.693	816.014	0	0	2.434.673	0	2.434.673
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.103.966	514.693	816.014	0	0	2.434.673	0	2.434.673
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	18.834	323.750	-424.590	0	-82.006	0	-82.006
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.458	0	0	0	7.458	0	7.458
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	4.694	0	0	0	4.694	0	4.694
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-100.840	0	-100.840	0	-100.840
5.04.08	Incentivo de longo prazo - ILP	0	94	0	0	0	94	0	94
5.04.09	Constituição de reservas	0	0	21.230	-323.750	0	-302.520	0	-302.520
5.04.10	Retenção de lucro	0	0	302.520	0	0	302.520	0	302.520
5.04.11	Deságio na subscrição de ações	0	-4.694	0	0	0	-4.694	0	-4.694
5.04.12	Pagamento SOP	0	11.282	0	0	0	11.282	0	11.282
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	424.590	0	424.590	0	424.590
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	424.590	0	424.590	0	424.590
5.07	Saldos Finais	1.103.966	533.527	1.139.764	0	0	2.777.257	0	2.777.257

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	3.396.202	3.440.394	3.294.742
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.700.808	3.767.467	3.515.301
7.01.02	Outras Receitas	3.529	6.626	14.515
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-308.135	-333.699	-235.074
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-719.930	-745.005	-672.417
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-653.606	-641.783	-548.404
7.02.04	Outros	-66.324	-103.222	-124.013
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.676.272	2.695.389	2.622.325
7.04	Retenções	-360.949	-195.385	-194.272
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-360.949	-195.385	-194.272
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.315.323	2.500.004	2.428.053
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	115.130	102.990	96.904
7.06.02	Receitas Financeiras	99.141	92.329	117.859
7.06.03	Outros	15.989	10.661	-20.955
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.430.453	2.602.994	2.524.957
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.430.453	2.602.994	2.524.957
7.08.01	Pessoal	1.053.980	1.132.391	1.242.449
7.08.01.01	Remuneração Direta	939.680	1.017.479	1.114.519
7.08.01.02	Benefícios	49.934	49.199	52.491
7.08.01.03	F.G.T.S.	64.366	65.713	75.439
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	371.493	390.360	406.473
7.08.02.01	Federais	223.156	236.122	260.387
7.08.02.02	Estaduais	0	0	6
7.08.02.03	Municipais	148.337	154.238	146.080
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	358.840	435.370	451.445
7.08.03.01	Juros	335.217	204.252	215.278
7.08.03.02	Aluguéis	23.623	231.118	236.167
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	646.140	644.873	424.590
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	646.140	644.873	424.590

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia" ou "Grupo") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") têm como atividades preponderantes o desenvolvimento e/ou administração de atividades e/ou instituições nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e/ou outras áreas associadas à educação, a administração de bens e negócios próprios, e a participação, como sócio ou acionista, em outras sociedades simples ou empresárias, no Brasil.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede localizada na Avenida Venezuela, 43, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, constituída por subscrição particular de ações em 31 de março de 2007, e atualmente listada no Novo Mercado.

O Grupo possui vinte e três empresas, incluindo a Estácio Participações, sendo vinte mantenedoras de instituição de ensino superior, constituídas sob a forma de sociedades empresárias de responsabilidade limitada, e reúne uma Universidade, treze Centros Universitários e cinquenta e três Faculdades, credenciadas e distribuídas em vinte e três estados do país e no Distrito Federal.

Em reunião realizada em 11 de julho de 2019, o Conselho de Administração da Estácio Participações S.A. deliberou a criação de nova marca para a Companhia, que passou a ser conhecida como **YDUQS**.

A alteração da marca da *holding* possibilita uma melhor utilização de recursos em negócios já existentes, além da construção de posicionamentos diferentes por meio de novas marcas e o desenvolvimento de novas unidades de negócios.

Em 21 de outubro de 2019 a Companhia divulgou fato relevante informando que a Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá LTDA ("SESES") assinou em 18 de outubro de 2019, instrumento particular de compra e venda para adquirir a totalidade das quotas da Adtalem Brasil Holding S.A. ("Adtalem" e "Transação", respectivamente), pelo valor de R\$1,92 bilhão (Enterprise Value) ("EV"), acrescido da posição líquida pro forma do caixa da Adtalem de R\$ 305 milhões, em 30 de junho de 2019. O pagamento do valor total será realizado à vista na data de fechamento. O valor da transação contempla um mecanismo de locked-box em que todo o caixa gerado pelas operações da Adtalem entre 30 de junho de 2019 até a data fechamento permanecerá no caixa da companhia adquirida. O preço da transação será pago com recursos próprios e financiamentos. A conclusão da transação não está sujeita à aprovação dos acionistas da Companhia, mas está sujeita a condições precedentes usuais e à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em 14 de novembro de 2019, a Companhia adquiriu a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("UniToledo"), através de sua subsidiária direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), pelo montante de R\$ 112.646 (Nota 1.5).

A denominação social Estácio Participações S.A. não será alterada e a marca Estácio permanecerá servindo as operações atuais no segmento de educação superior. As ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas na B3 sob novo código de negociação ("YDUQ3") em substituição ao "ESTC3" e novo nome de pregão ("YDUQS PART"). Adicionalmente, os ADRs negociados no mercado norte-americano passaram a ser negociados sob o código "YDUQY" em substituição ao "ECPCY".

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 12 de março de 2020, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado).

1.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras (controladora e consolidado) estão apresentadas na Nota 2.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras incluem: provisão para crédito de liquidação duvidosa, perda (*impairment*) do ágio, transações com pagamentos baseados em ações, provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e vida útil dos ativos (Nota 2.21).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

1.3 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas novas que estão em vigor a partir de 2019

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB, CPC e CVM e está em vigor para o exercício de 2019:

IFRS 16/CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil": A IFRS 16 entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 (R1) - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. Com essa nova norma os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo, determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Foi concluído o estudo dos impactos dessa nova norma nas demonstrações financeiras, que incluiu: (i) uma estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) revisão detalhada da natureza dos diversos contratos de arrendamento inerentes a educação; (iii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto, que foi baseada na taxa incremental de juros para o período do contrato; dentre outras.

A Companhia adotou a nova prática a partir de 1º de janeiro de 2019 pelo método de cálculo retrospectivo modificado (simplificado), calculando o valor presente nesta data e não fará reapresentação de informações comparativas, como permitido pela norma.

Seguindo entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2020 sobre o CPC 06 (R2) – IFRS 16, para o cálculo a valor presente dos pagamentos mensais, a Companhia adotou taxas entre o intervalo de 8,59% e 10,19%(a.a), as quais variam conforme o prazos arrendamentos.

O aumento do passivo de arrendamento é decorrente do reconhecimento do direito de uso dos ativos, que resulta a adição da dívida líquida da Companhia. A depreciação e os juros são reconhecidos na demonstração do resultado como uma substituição das despesas de arrendamento operacional ("aluguel").

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Quadro comparativo com os efeitos do IFRS16:

	2019	Efeitos da adoção do IFRS 16	2019 (sem IFRS 16)
Ativo Imobilizado	1.732.222	(970.394)	761.828
Passivo Circulante Empréstimos e financiamentos	(170.054)	137.701	(32.353)
Exigível a longo prazo Empréstimos e financiamentos	(1.481.598)	870.919	(610.979)
Resultado Despesa/Custo de depreciação Despesa/Custo de aluguel Despesa financeira	(360.949) (241) (341.231)	163.984 92.650	(196.965) (241) (248.581)

IFRIC 23/ICPC 22 - "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro": A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

1.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes sociedades controladas, cuja participação é de 100% em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Diretas:

Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")

Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("ÍREP")

Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP")

Estácio Editora ("Editora")

União dos Cursos Superiores SEB Ltda. ("Estácio Ribeirão Preto")

Indiretas:

Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")

ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL")

Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")

Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")

Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")

Unisãoluis Educacional S.A ("UNISÃOLUIS")

Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")

Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")

Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")

Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")

Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")

Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("Estácio Amazonas")

Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")

Faculdade Nossa Cidade ("FNC")

Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS") Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda. ("Unitoledo") (i)

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação é coincidente com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no período anterior.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as eliminações das operações realizadas entre as empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

(i) Para esta empresa conforme mencionado na NE 1.5, a aquisição aconteceu em 14 de novembro de 2019.

1.5 Combinação de negócios

O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os ativos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

Em 2018 não houve aquisições e a aquisição realizada em 2019 está resumida a seguir:

Sociedade Ensino Superior Toledo Ltda. (Unitoledo)

Em 14 de novembro de 2019, a Estácio Participações S.A. (YDQUS) adquiriu, através da sua controlada direta Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES"), a totalidade das quotas da Sociedade de Ensino Superior Toledo Ltda., pelo montante de R\$ 112.646. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2019, em decorrência dessa aquisição é de R\$ 47.693, sendo R\$ 47.301 referente ao valor principal e R\$ 392 de atualização monetária.

A Unitoledo, fundada em 1966, é uma instituição de ensino superior de tradição e excelência reconhecida na oferta de cursos de graduação e pós-graduação. A instituição possui localização privilegiada no município de Araçatuba, região noroeste de São Paulo. Totalizando cerca de 5,3 mil alunos no segmento presencial e 3.155 vagas anuais autorizadas, a Unitoledo possui o status de Centro Universitário e conta com um portfólio de 25 cursos de graduação e 18 cursos de pós-graduação, além de cursos técnicos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

A tabela a seguir resume as contraprestações pagas, os saldos contábeis dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição e a alocação do preço de compra determinada preliminarmente com base no valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos:

	Unitoledo
Ativo	272
Caixa e equivalentes de caixa Contas a receber de clientes	3.087
Impostos e contribuições	3.067
Outros investimentos	106
Imobilizado	6.038
Intangível	275
Outros ativos	370
	10.460
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(214)
Fornecedores	(341)
Obrigações trabalhistas	(3.427)
Obrigações tributárias	(112)
Parcelamentos	(6.548)
Outras obrigações	(17)
	(10.659)
Total de ativos identificáveis líquidos ao valor justo	(199)
Marca	22.738
Carteira de alunos	4.338
Licenças	606
Goodwill	94.575
Imposto de renda diferido	(9.412)
Total da Contraprestação	112.646
Fluve de Caive no mamente de equipição	
Fluxo de Caixa no momento da aquisição Caixa	65.344
Compromissos a pagar (Nota 15)	47.301
Fluxo de caixa líquido da aquisição	112.646
i iuko de caika ilquido da aquisição	112.040

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 foi feita com base em uma avaliação do valor justo na data base e aquisição.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.2 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumuladas;
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes sem reclassificação de ganhos e perdas acumuladas no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e depósitos judiciais.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

A Companhia avalia os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se forem atendidas ambas as condições a seguir:

• O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

• Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para o resultado.

A Companhaia não possui ativos financeiros (instrumentos de dívida) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de patrimônio)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento, especificamente.

Ganhos e perdas sobre estes ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado. Instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não estão sujeitos ao teste de redução ao valor recuperável.

A Companhia não possui ativos financeiros (instrumentos de patrimônio) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros da Companhia classificados valor justo por meio do resultado incluem títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando: os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, são provisionadas como resultado de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Esta metodologia é aplicável aos instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais).

Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras consolidadas, pela adoção, diferente daquele mencionado na Nota 1.3.

Para os demais ativos financeiros passíveis de análise de redução ao valor recuperável não foi reconhecida nenhuma perda esperada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, pois de acordo com a avaliação da Companhia além do risco associado ser baixo, não há histórico de perdas.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, as contas bancárias e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com baixo risco de mudança no valor, que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

2.4 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários possuem característica de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, vencimento de longo prazo, com liquidez imediata e estão registrados acrescidos dos rendimentos financeiros (resultado), correspondentes ao seu valor justo.

2.5 Contas a receber e mensalidades antecipadas

As contas a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços. Os serviços faturados, e ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como mensalidades recebidas antecipadamente e são reconhecidos no respectivo resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

2.6 Provisão para crédito de liquidação duvidosa

É apresentada como redução das contas a receber e é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas esperadas na realização das contas a receber decorrentes de mensalidades e de cheques a receber, considerando os riscos envolvidos.

2.7 Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras individuais, o ágio por expectativa de rentabilidade futura - *goodwill* é apresentado no investimento.

2.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

Os custos subsequentes ao do reconhecimento inicial são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Os itens do ativo imobilizado são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriados, ao final de cada exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

2.9 Intangível

(a) Ágio

O ágio (goodwill) é representado pelo excedente remanescente após a alocação do valor pago a todos os ativos e passivos tangíveis e intangíveis identificados da controlada adquirida. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (impairment).

O ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

(b) Fundo de comércio

(b.1) Carteira de alunos

As relações contratuais com alunos, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o aluno.

(b.2) Marca

A marca registrada representa um ativo intangível de vida definida, dado que é um ativo não monetário identificável, mensurável e sem substância física. É calculada utilizando a taxa média para empresas de ensino obtida junto a *Royalty Source*. A amortização é calculada com base na estratégia da companhia em relação ao tempo de manutenção da marca da empresa adquirida até a mudança total para a marca "Estácio".

(b.3) Licença de operação

O valor justo da licença de operação existente é determinado com base na abordagem de custo. O valor é derivado das despesas correntes para adquirir a mesma, que incluem: as taxas do MEC, elaboração de PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e PPC (Projeto Pedagógico de Cursos), aluguel antes do inicio da operação e custos diversos com professores para visitas, viagens, refeições, transporte e etc. A amortização é calculada com base no período de credenciamento das instituições de ensino, que é realizado de três em três anos.

(b.4) Mais valia de ativos

Determinado pela diferença entre a soma do valor justo dos ativos líquidos identificáveis (determinado com base no CPC 15 – Combinação de negócios) e o valor contábil do ativo adquirido.

(c) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gere benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com seguranca.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

2.11 Arrendamento mercantil

Arrendamento financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados de acordo com o prazo do contrato de arrendamento. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

São reconhecidos no resultado do exercício em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

2.12 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia no fim do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.14 Provisão para desmobilização de ativos

Representa a estimativa de gastos futuros de restauração das edificações alugadas em que as unidades de ensino do Grupo estão localizadas. São reconhecidos no imobilizado pelo seu valor presente, descontado a uma taxa de crédito ajustado, como parte do valor dos ativos que lhes deu origem, desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia. Os juros incorridos pela atualização da provisão estão classificados como despesas financeiras. As estimativas de desmobilização revisadas anualmente sofrem depreciação/ amortização nas mesmas bases dos ativos principais.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado, do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Tributação

As controladas que aderiram ao PROUNI gozam de isenção, pelo período de vigência do termo de adesão, com relação aos seguintes tributos federais:

- IRPJ e CSLL, instituída pela Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988;
- COFINS, instituída pela Lei Complementar nº 70 de 30 de dezembro de 1991; e
- PIS, instituída pela Lei Complementar nº 7 de 7 de setembro de 1970.

As isenções acima mencionadas são originalmente calculadas sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de cursos de graduação e cursos sequenciais de formação específica.

A Estácio Participações S.A. (Controladora) não goza das isenções advindas do PROUNI e apura normalmente os tributos federais.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes foram apurados considerando os critérios estabelecidos pela Instrução Normativa da Receita Federal, especificamente ao PROUNI, que permitem que os tributos calculados sobre o lucro de exploração das atividades de graduação tradicional e tecnológica não sejam recolhidos aos cofres governamentais. A isenção decorrente do PROUNI não poderá ser distribuída aos sócios e deverá constituir a reserva de lucro.

PIS e COFINS

As regras do PROUNI definem que estão isentas de recolhimento do PIS e da COFINS as receitas oriundas das atividades de graduação tradicional e tecnológica. Para as receitas das demais atividades de ensino, incide o PIS e a COFINS as alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente e, para as atividades não relacionadas a ensino, incide o PIS à alíquota de 1,65% e a COFINS a 7,60%.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos são revisados em cada data do balanço e baixados na extensão em que não são mais prováveis que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do

Página 13 de 59

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.17 Pagamento baseado em ações

A Companhia concede a seus principais executivos e administradores um plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo o qual a Companhia recebe os serviços destes executivos e administradores e paga a contraprestação com instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de receitas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio líquido.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

Além do Plano de Opção de Compra de Ações, a Companhia reconheceu a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas, conforme contemplado na remuneração global anual dos Administradores da Companhia.

2.18 Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

2.19 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por lote de mil ações - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme Pronunciamento Técnico CPC 41 (IAS 33). (Nota 21)

O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

2.20 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando alguma empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita, custos e despesas

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

(a) Receita de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviço de atividade de ensino no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou princial e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

O Grupo reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

(b) Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

2.22 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos críticos na aplicação das politicas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas contábeis criticas

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(i) Perda (impairment) do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*), no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.8. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas a seguir:

		Em percentuais
	2019	2018
Margem bruta média (i)	53,5	54,6
Taxa de crescimento (ii)	5	5
Taxa de desconto (iii)	13,7	12,4

- (i) Margem bruta orçada média.
- (ii) Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.
- (iii) Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

(ii) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e as correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 20(b).

A Companhia possuía o Programa Especial de Incentivo de Longo Prazo para Diretores Estatutários "ILP" tinha como beneficiários exclusivos os diretores estatutários da Estácio, e foi estruturado sob a forma de remuneração variável, cujo valor dependia do valor de mercado de suas ações. A remuneração, no âmbito do presente Programa, foi paga em 4 (quatro) parcelas anuais, e calculada multiplicando-se a determinada quantidade de ações pelo valor de mercado das mesmas no último pregão da Bolsa de Valores Mercadorias e Futuros do exercício social imediatamente anterior ao exercício social em que ocorreu cada pagamento.

(iii) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisões para causas cíveis, tributarias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iv) Vida útil dos ativos

A Companhia revisa anualmente a vida útil econômica dos seus ativos, tendo como base laudos de avaliadores externos. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no saldo de vida útil remanescente.

(v) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A partir de 1° de janeiro de 2018 a PCLD passou a ser calculada de acordo com as diretrizes do IFRS 9 – CPC 48. Como consequência da adoção da norma, a Companhia passou a mensurar a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base na perda esperada e não mais com base na perda incorrida. A Companhia optou por utilizar o expediente prático previsto na norma, e aplicou o modelo simplificado na mensuração da perda esperada para a vida toda do contrato, através da utilização de dados históricos e da segmentação da

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e os mesmos prazos de vencimento.

2.23 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

2.24 Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e pelas praticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 09. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.25 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

Em função da concentração de suas atividades na atividade de ensino superior, a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os cursos oferecidos pela Companhia, embora sejam destinados a um púbico diverso, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

3 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

		Controladora		
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	74	146	12.251	13.686
Caixa e equivalentes de caixa	74	146	12.251	13.686
Títulos Públicos Federal (Fundos exclusivos) LFs (Fundos exclusivos) CDB CDB (Fundos exclusivos) Compromissada (Fundos exclusivos) Títulos Públicos (Fundos exclusivos) Título de capitalização	128.912 62.953 14.400 2.176	195.159 30.809 8.640 38 4.996 30	366.116 178.787 43.303 6.179 2.476	636.380 100.463 49.630 125 16.290 1.457
Títulos e valores mobiliários	208.478	239.672	596.861	804.360

A Companhia possui uma política de investimentos que determina que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2019, as operações foram remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com exceção dos títulos públicos, que são indexados à Selic e taxas pré-fixadas.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a totalidade dos títulos e valores mobiliários da Companhia classificam-se como "valor justo por meio do resultado".

As aplicações em fundos exclusivos são lastreadas por alocações financeiras em cotas de fundos, CDBs, LFs, títulos públicos, operações compromissadas de bancos e emissores de primeira linha. A remuneração média dos fundos de investimento em 31 de dezembro de 2019 foi de 96,74% do CDI com uma rentabilidade média no ano de 2019 de 98,55% do CDI (em 31 de dezembro de 2018 a rentabilidade média anual foi de 98,59% do CDI).

Os Certificados de Depósitos Bancários - CDB são remunerados pelo CDI com taxa média de 98,95% em 31 de dezembro de 2019 (98,93% 31 de dezembro em 2018).

A Companhia não possui ativos financeiros desconhecidos e operações com derivativos. As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e de mercado estão incluídas na Nota 18.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

4 Contas a receber

	Consolidado		
	2019	2018	
Mensalidades de alunos	1.057.226	846.528	
FIES (a)	295.598	153.786	
Convênios e permutas	11.730	23.283	
Cartões a receber (b)	91.130	73.769	
Acordos a receber	71.554	72.689	
	1.527.238	1.170.055	
PCLD	(471.190)	(402.646)	
Valores a identificar	(7.384)	(11.338)	
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)	
	1.021.222	711.052	
Ativo circulante	759.622	571.854	
Ativo não circulante	261.600	139.198	
	1.021.222	711.052	

O saldo dos valores a receber a longo prazo em 31 de dezembro de 2019 está relacionado ao PAR (Programa de Parcelamento Estácio) e DIS (Diluição de mensalidade). A composição por idade é a seguinte:

		Consolidado	
	2019	2018	
2020		19.136	
2021	145.489	40.241	
2022	129.720	139.746	
2023 a 2024	128.304	70.251	
(-) Ajuste a valor presente (c)	(27.442)	(45.019)	
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(114.471)	(85.157)	
Ativo não circulante	261.600	139.198	

O PAR é a modalidade de parcelamento oferecido pela Estácio aos seus alunos, onde o aluno pode parcelar até 70% do valor das mensalidades, para pagamento a partir do 1º mês subsequente a conclusão do curso, atualizado monetariamente pelo IPCA.

O DIS é a modalidade de pagamento do valor de R\$ 49,00 nas primeiras mensalidades, e a diluição da diferença para o valor integral das mensalidades sem bolsas e/ou benefícios, em numero de parcelas correspondentes ao prazo de duração previsto para a matriz curricular mínima regular conclusão do curso, atualizado mensalmente pelo IPCA.

- (a) As contas a receber do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal CEF e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE, sendo os recursos financeiros, repassados pela CEF e Banco do Brasil em conta corrente bancária específica. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias e impostos federais, bem como convertidos em caixa por meio de leilões dos títulos do Tesouro Nacional.
 - (i) Para alunos FIES com fiador foi constituída provisão para o percentual de 2,25% do faturamento com essa característica, considerando as premissas de 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência.
 - (ii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada a partir de abril de 2012, foi constituída provisão sobre os 10% dos créditos de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 90% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,225%.
 - (iii) Para o risco não coberto do FGEDUC, com adesão realizada até março de 2012, foi constituída provisão sobre os 20% de responsabilidade das mantenedoras (sendo que o Fundo Garantidor é responsável pelos 80% restantes) considerando os 15% de exposição ao risco de crédito sobre uma estimativa de 15% de inadimplência, ou seja, 0,45%.

Consolidado

Estácio Participações S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

- (b) Parte substancial dos saldos de cartões a receber é decorrente de mensalidades e negociações em atraso.
- (c) O ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2019 soma R\$ 27.442 (R\$ 20.814 referente ao PAR e R\$ 6.628 ao DIS) e em 31 de dezembro de 2018 soma R\$ 45.019 (R\$ 36.626 referente ao PAR, R\$ 8.110 ao DIS e R\$ 283 referente ao programa Educar Amazônia).

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	·		Consolidado			
	2019	<u>%</u>	2018	<u>%</u>		
FIES	295.598	19	153.786	13		
A vencer	628.569	42	482.732	41		
Vencidas até 30 dias	134.384	9	99.612	9		
Vencidas de 31 a 60 dias	80.080	5	97.046	8		
Vencidas de 61 a 90 dias	65.201	4	82.811	7		
Vencidas de 91 a 179 dias	111.876	7	87.127	8		
Vencidas há mais de 180 dias	211.530	14	166.941	14		
	1.527.238	100	1.170.055	100		

A composição por idade dos acordos a receber é apresentada a seguir:

		Consolidado			
	2019	<u>%</u>	2018	<u>%</u>	
A vencer	24.450	34	26.996	37	
Vencidas até 30 dias	5.570	8	6.662	9	
Vencidas de 31 a 60 dias	5.018	8	5.440	8	
Vencidas de 61 a 90 dias	5.159	7	4.927	7	
Vencidas de 91 a 179 dias	11.148	15	8.231	11	
Vencidas há mais de 180 dias	20.209	28	20.433	28	
	71.554	100	72.689	100	

A movimentação na provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD), no consolidado, segue demonstrada abaixo:

Saldo em 2017	205.062
Constituição Adoção das novas práticas lançadas ao patrimônio líquido Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	333.166 77.705 (213.287)
Saldo em 2018	402.646
Constituição PCLD adquirida no ato da aquisição Baixa de boletos / cheques vencidos há mais de 360 dias	310.367 11.041 (252.864)
Saldo em 2019	471.190

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com provisão para crédito de liquidação duvidosa, reconhecida na demonstração do resultado na rubrica de despesas comerciais (Nota 24), estava representada da seguinte forma:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		Consolidado
	2019	2018
Efeito líquido da PCLD no resultado Baixa / (Reversão) de boletos vencidos há mais de 360 dias Outros	310.367 (2.232)	333.166 167 366
	308.135	333.699

5 Partes relacionadas

Os principais saldos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e suas controladas. Nas operações com partes relacionadas não há incidência de juros e/ou atualização monetária.

O saldo de contas a receber das controladas refere-se à rateio de despesas organizacionais e estão descritos a seguir:

		Controladora
Ativo circulante	2019	2018
Conta corrente		
Seses	9	14
Irep	3	6
São Luís		447
Estácio Ribeirão Preto	1	2
Estácio Editora	6	
Outros	3	9
Sociedades controladas	22	478
		Controladora
	2019	2018
Passivo circulante		
Conta corrente		
Seses	51	
Sociedades controladas	51	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

6 Despesas antecipadas

	Consolida		
	2019	2018	
Seguros	3.144	2.944	
Material didático	190	1.013	
Antecipação de férias e encargos	4.008	2.670	
Taxa de credenciamento - MEC	1.755	2.005	
Cooperação técnico pedagógica Santa Casa	1.901	2.260	
Outras despesas antecipadas	794	661	
	11.792	11.553	
Ativo circulante	7.034	6.034	
Ativo não circulante	4.758	5.519	
	11.792	11.553	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 283 é referente aos seguros elementares da controladora.

7 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2019	2018		
IRRF Adiantamentos IRPJ/CSLL (i)	2.685	1.402	13.155 6.261	10.302 76.907		
IRPJ/CSLL a compensar (ii) PIS (iii) COFINS (iii)	37.707	41.950	151.152 2.231 8.018	75.257 3.129 12.605		
ISS INSS OUTROS		3	59.334 15.767 557	52.625 6.675 557		
	40.392	43.355	256.475	238.057		
Ativo circulante Ativo não circulante	3.840 36.552	2.145 41.210	80.050 176.425	135.810 102.247		
	40.392	43.355	256.475	238.057		

⁽i) O montante apresentado nesta linha refere-se aos adiantamentos de IRPJ/CSLL, ocorridos no ano corrente. Em maio de 2018, houve uma revisão do cálculo do incentivo fiscal do PROUNI por conta de uma desabilitação temporária da Controlada SESES que proporcionou um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de IRPJ/CSLL.

⁽ii) Este montante representa o excesso de antecipações do IRPJ/CSLL ocorrido em anos anteriores, que são utilizados para as compensações de tributos da União e são corrigidos mensalmente pela taxa Selic. O aumento ocorrido entre os anos de 2019 e 2018 é decorrente dos fatos mencionados no item (i).

⁽iii) Conforme mencionado no item (i), em decorrência de uma desabilitação temporária da Controlada SESES, houve um acúmulo de créditos fiscais com relação ao pagamento a maior de PIS e Cofins, no valor de R\$ 17.106 onde a Companhia compensou o montante de R\$ 6.201 e R\$ 3.863 ao longo de 2019 e 2018 respectivamente.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

8 Investimentos em controladas

(a) Controladora Estácio Participações S.A.

	2019		-	2018
	Investimento	Perda com Investimento	Investimento	Perda com Investimento
Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES") Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")	1.394.421 1.119.135		1.038.451 1.040.045	
Nova Academia do Concurso - Cursos Preparatórios Ltda. ("NACP") Estácio Editora e Distribuidora Ltda. ("Editora") Sociedade de Ensino Superior Estacio Ribeirão Preto Ltda. ("Estácio	3.424	(30)	2.860	(30)
Ribeirão Preto")	95.160		70.144	
	2.612.140	(30)	2.151.500	(30)

As informações das controladas estão representadas a seguir:

, to illionnações a									2019
	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	2.376.452	982.031	1.394.421			1.394.421	445.149
IREP	100%	526.272	1.577.310	520.617	1.056.693	62.442		1.119.135	168.616
NACP	100%	16.614	4.284	860	3.424			3.424	(801)
Editora (i)	100%	251	32	67	(35)	5		(30)	
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	225.094	127.704	97.390		(2.230)	95.160	84.536
			4.183.172	1.631.279	2.551.893	62.447	(2.230)	2.612.110	697.500

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	IR diferido s/ágio de incorporação reversa	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SESES	100%	610.677	1.640.235	601.784	1.038.451			1.038.451	376.058
IREP	100%	515.080	1.205.630	228.027	977.603	62.442		1.040.045	246.018
NACP	100%	15.699	4.030	1.170	2.860			2.860	(1.764)
Editora (i)	100%	251	31	66	(35)	5		(30)	,
Estácio Ribeirão Preto	100%	23.837	127.381	55.007	72.374		(2.230)	70.144	80.369
			2.977.307	886.054	2.091.253	62.447	(2.230)	2.151.470	700.681

⁽i) Provisão para passivo a descoberto registrado na conta "Outros" do passivo não circulante da controladora.

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	2.118.132
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Dividendos adicionais de 2017 Dividendos em 2018 Opções outorgadas Adoção de novas praticas IFRS 09	700.681 16.295 (330.000) (310.000) 7.678 (51.286)
Investimentos em controladas em 2018	2.151.500
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Opções outorgadas Dividendos 2019 Plano de ações restritas	697.500 14.777 (1.265) (263.909) 13.537
Investimentos em controladas em 2019	_2.612.140

2018

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As informações contábeis das controladas utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram relativas à data-base 31 de dezembro de 2019.

Abaixo as informações dos investimentos das controladas diretas:

(b) Controladora Sociedade de Ensino Superior Estacio de Sá Ltda. ("SESES")

	2019	2018
Sociedade De Ensino Superior Toledo Ltda. ("UNITOLEDO")	115.538	
	115.538	

As informações das controladas da SESES estão representadas a seguir:

·-								2019
-	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
UNITOLEDO	100%	2.110	39.577	37.916	1.661	94.575	96.236	860
			39.577	37.916	1.661	94.575	96.236	860

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta SESES em controladas no exercicío findo em 31 de dezembro de 2019.

Equivalência patrimonial	860
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.000
Aquisição de controlada	(199)
Ágio na aquisição	94.575
Investimentos em controladas em 2019	96.236

2019

2018

Estácio Participações S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Controlada Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")

	2019	2018
Sociedado Educacional Atual do Amazânio ("ATIJAL")	586.235	538.914
Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL") ANEC - Sociedade Natalense de Educação e Cultura ("FAL") Sociedade Universitária de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte ("FATERN")	8.921 28.646	11.859 28.747
Sociedade Offiversitatia de Excelencia Educacional do Rio Grande do Norte (FATERN)	20.040	20.141
	623.802	579.520

As informações das controladas da IREP estão representadas a seguir:

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	41.927	690.098	119.366	570.732	15.503	586.235	71.588
FAL	100%	20.031	11.621	10.776	845	8.076	8.921	(2.937)
FATERN	100%	9.160	17.980	4.313	13.667	14.979	28.646	(101)
			719.699	134.455	585.244	38.558	623.802	68.550

	Participação	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Ágio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
ATUAL	100%	40.512	705.689	182.278	523.411	15.503	538.914	77.259
FAL	100%	20.031	10.770	6.987	3.783	8.076	11.859	(2.798)
FATERN	100%	9.160	17.479	3.711	13.768	14.979	28.747	(1.772)
			733.938	192.976	540.962	38.558	579.520	72.689

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta IREP em controladas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	548.047
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Dividendos adicionais de 2017 Dividendos em 2018	72.689 31.151 (20.000) (42.403)
Adoção de novas praticas IFRS 09 Investimentos em controladas em 2018	(9.964) 579.520
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Dividendos 2019 Opções Outorgadas	68.550 28.962 (53.498)
Investimentos em controladas em 2019	623.802

2019

2018

Estácio Participações S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(d) Controlada Sociedade Atual da Amazônia ("ATUAL")

	2019	2018
Sociedade Educacional da Amazônia ("SEAMA")	49.706	43.576
Idez Empreendimentos Educacionais Sociedade Simples Ltda. ("IDEZ")	2.785	3.147
Sociedade Educacional do Rio Grande do Sul S/S Ltda. ("FARGS")	18.612	18.182
Uniuol Gestão de Empreendimentos Educacionais e Participações S.A. ("UNIUOL")	1.406	1.653
Unisãoluis Educacional S.A ("SÃO LUIS")	86.470	79.506
Instituto de Ensino Superior Social e Tecnológico Ltda. ("FACITEC")	48.836	47.292
Associação de Ensino de Santa Catarina ("ASSESC")	6.340	7.049
Centro de Assistência ao Desenvolvimento de formação Profissional Unicel Ltda. ("Estácio Amazonas")	50.724	48.741
Instituto de Estudos Superiores da Amazônia ("IESAM")	94.848	90.427
Centro de Ensino Unificado de Teresina ("CEUT")	48.486	47.390
Faculdade Nossa Cidade ("FNC")	94.155	95.322
Faculdades Integradas de Castanhal Ltda. ("FCAT")	37.526	36.999
Sociedade Empresarial de Estudos Superiores e Tecnológicos Sant'Ana Ltda. ("FUFS")	13.899	16.441
	553.793	535.725

As informações das controladas da ATUAL estão representadas a seguir:

	<u>Participação</u>	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio liquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	8.606	60.796	29.125	31.671	18.035		49.706	18.652
IDEZ	100%	8.147	4.151	3.413	738	2.047		2.785	(1.663)
FARGS	100%	9.778	18.084	7.527	10.557	8.055		18.612	1.713
UNIUOL	100%	10.028	1.223	773	450	956		1.406	(897)
SÃO LUIS	100%	3.795	100.513	41.411	59.102	27.368		86.470	21.282
FACITEC	100%	6.051	85.039	62.857	22.182	26.654		48.836	4.834
ASSESC	100%	2.416	11.755	10.138	1.617	4.723		6.340	(1.209)
Estácio Amazonas	100%	14.980	55.960	31.450	24.510	26.214		50.724	3.362
IESAM	100%	48.796	76.775	20.729	56.046	26.797	12.005	94.848	16.153
CEUT	100%	16.938	46.338	25.420	20.918	27.568		48.486	6.541
FNC	100%	22.328	51.551	31.404	20.147	72.046	1.962	94.155	2.561
FCAT	100%	12.191	46.182	29.694	16.488	20.121	917	37.526	4.649
FUFS	100%	13.593	12.756	5.269	7.487	6.255	157	13.899	(2.248)
			571.123	299.210	271.913	266.839	15.041	553.793	73.730

	<u>Participação</u>	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio liquido	Ágio	Fundo de Comércio	Total	Lucro (prejuízo) líquido do exercício
SEAMA	100%	4.407	31.455	5.914	25.541	18.035		43.576	5.263
IDEZ	100%	7.297	2.277	1.177	1.100	2.047		3.147	(1.118)
FARGS	100%	8.606	16.256	6.129	10.127	8.055		18.182	(893)
UNIUOL	100%	9.478	1.402	705	697	956		1.653	(2.009)
SÃO LUIS	100%	3.795	84.529	32.391	52.138	27.368		79.506	31.304
FACITEC	100%	6.051	30.368	9.730	20.638	26.654		47.292	8.399
ASSESC	100%	2.416	4.286	1.960	2.326	4.723		7.049	(1.120)
Estácio Amazonas	100%	46.957	37.572	15.045	22.527	26.214		48.741	(5.273)
IESAM	100%	2.810	74.295	23.476	50.819	26.797	12.811	90.427	16.965
CEUT	100%	16.938	29.583	10.579	19.004	27.568	818	47.390	9.457
FNC	100%	22.328	31.570	12.218	19.352	72.046	3.924	95.322	10.999
FCAT	100%	11.341	22.478	7.518	14.960	20.121	1.918	36.999	10.977
FUFS	100%	13.593	12.591	2.857	9.734	6.255	452	16.441	355
			378.662	129.699	248.963	266.839	19.923	535.725	83.306

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O quadro abaixo representa a movimentação global dos investimentos da controlada direta ATUAL em suas controladas diretas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

Investimentos em controladas em 2017	523.352
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Dividendos adicionais de 2017 Dividendos em 2018 Amortização de fundo de comércio Adoção de novas praticas IFRS 09	83.306 10.028 (20.000) (42.374) (9.601) (8.986)
Investimentos em controladas em 2018	535.725
Equivalência patrimonial Adiantamento para futuro aumento de capital Amortização de fundo de comércio Dividendos 2019 Opções outorgadas	73.730 2.450 (4.882) (53.498)
Investimentos em controladas em 2019	553.793

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

9 Intangível

(a) Intangível - Controladora

		2018	_	2019
		Custo	Adições	Custo
Custo Ágio em aquisições de investimentos (i)		780.065		780.065
Direito de uso de software Projeto Integração		99 212		99 212
Fundo de comércio		79.704		79.704
		860.080		860.080
	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Amortização
Amortização		(- · ·)		()
Direito de uso de software Projeto Integração	20% a.a. 20% a.a.	(91) (97)	(8) (41)	(99) (138)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a.	(79.703)	<u>(1)</u>	(79.704)
		(79.891)	(50)	(79.941)
Saldo residual líquido		780.189	(50)	780.139
		2017		2018
		Custo	Adições	Custo
Custo Ágio em aquisições de investimentos (i)		780.065		780.065
Direito de uso de software		99		99
Projeto Integração Fundo de comércio		212 79.704		212 79.704
		860.080		860.080
	Taxas de amortização	Amortização	Adições _	Amortização
Amortização Direito de uso de software	20% a.a.	(77)	(14)	(91)
Projeto Integração	20% a.a.	(54)	(43)	(97)
Fundo de comércio	20 a 33% a.a.	(66.669)	(13.034)	(79.703)
		(66.800)	(13.091)	(79.891)
Saldo residual líquido		793.280	(13.091)	780.189

⁽i) O ágio é parte integrante da linha de investimento em função da incorporação da Estácio Ribeirão Preto Holding.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(b) Intangível - Consolidado

		2018					2019
			Adições por				
		Custo	aquisições	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Custo		4 404 404		04.575			4 070 050
Ágio em aquisições de investimentos Direito de uso de software		1.181.481 334.996	830	94.575 106.902	(326)	(742)	1.276.056 441.660
EAD e Integração		18.298	630	39	(320)	23	18.360
Central de Ensino		86.910		15.900		23	102.810
Arguitetura de TI		21.664		13.900			21.664
Conteúdo de disciplinas on line		8.043					8.043
Fábrica de conhecimento EAD		39.304		5.068			44.372
Banco de questões		11.636		1.486			13.122
Fundo de Comércio		173.503		27.682			201.185
Outros		34.231	3	35.478	(140)	719	70.291
		1.910.066	833	287.130	(466)		2.197.563
	Taxas de		Adições por				
	amortização	Amortização	aguisições	Adições	Baixas	Transf.	Amortização
Amortização	umortização	Amortização	uquisições	Adições	Вижиз	Trunsi.	Amortização
Ágio em aquisições de investimentos	Indefinida	(6.924)					(6.924)
Direito de uso de software	20% a.a.	(236.368)	(559)	(56.339)	1		(293.265)
EAD e Integração	20% a.a.	(17.216)	()	(688)			(17.904)
Central de Ensino	10% a.a.	(31.018)		(12.129)			(43.147)
Arquitetura de TI	17 a 20% a.a.	(12.375)		(3.845)			(16.220)
Conteúdo de disciplinas on line	20% a.a.	(7.007)		(450)			(7.457)
Fábrica de conhecimento EAD	10% a.a.	(8.784)		(4.794)			(13.578)
Banco de questões	20% a.a.	(5.624)		(2.378)			(8.002)
Fundo de Comércio	20 a 50% a.a.	(153.580)		(4.882)			(158.462)
Outros	20% a.a.	(17.350)		(4.838)			(22.188)
		(496.246)	(559)	(90.343)	1		(587.147)
Saldo residual líquido		1.413.820	274	196.787	(465)		1.610.416

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2017					2018
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Custo
Custo Ágio em aquisições de investimentos Direito de uso de software EAD e Integração Central de Ensino Arquitetura de TI Conteúdo de disciplinas on line Fábrica de conhecimento EAD Banco de questões Fundo de Comércio Outros		1.181.481 272.394 18.298 76.677 21.664 7.821 33.868 10.703 173.503 27.394	63.752 10.233 222 5.436 933 7.235	(736)	(15)	(399)	1.181.481 334.996 18.298 86.910 21.664 8.043 39.304 11.636 173.503 34.231
Outros					15		
		1.823.803	87.811	(1.149)		(399)	1.910.066
Amortização	Taxas de amortização	Amortização	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. para imobilizado	Amortização
Ágio em aquisições de investimentos Direito de uso de software EAD e Integração Central de Ensino Arquitetura de TI Conteúdo de disciplinas on line Fábrica de conhecimento EAD Banco de questões Fundo de Comércio Outros	Indefinida 20% a.a. 20% a.a. 10% a.a. 17 a 20% a.a. 20% a.a. 10% a.a. 20% a.a. 20 a 50% a.a. 20% a.a.	(6.924) (192.746) (16.408) (19.912) (8.530) (6.436) (4.537) (3.442) (130.945) (13.715)	(45.179) (808) (11.106) (3.845) (571) (4.247) (2.182) (22.635) (3.674)	730 39		827	(6.924) (236.368) (17.216) (31.018) (12.375) (7.007) (8.784) (5.624) (153.580) (17.350)
		(403.595)	(94.247)	769		827	(496.246)
Saldo residual líquido		1.420.208	(6.436)	(380)		428	1.413.820

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2019 de 2018, o ágio líquido apurado nas aquisições em investimentos estava representado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ágio em aquisições de investimentos líquido de amortização acumulada				
IREP			89.090	89.090
UNITOLEDO			94.575	
ATUAL			15.503	15.503
Seama			18.035	18.035
Idez			2.047	2.047
Uniuol			956	956
Fargs			8.055	8.055
São Luis			27.369	27.369
Facitec			26.654	26.654
Assesc			4.723	4.723
lesam			26.797	26.797
Estácio Amazonas			26.214	26.214
Ceut			27.568	27.568
FNC			72.046	72.046
FCAT			20.120	20.120
FUFS			6.255	6.255
FAL			8.076	8.076
FATERN			14.979	14.979
Estácio Editora			5	5
Estácio Ribeirão Preto	9.371	9.371	9.371	9.371
Estácio Ribeirão Preto Holding	770.694	770.694	770.694	770.694
	780.065	780.065	1.269.132	1.174.557

A Companhia avalia anualmente para *impairment*, sendo a última avaliação efetuada por conta do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2019, os ágios apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos, utilizando taxa nominal de 5,0% ao ano como taxa de crescimento na perpetuidade e uma única taxa de desconto nominal de 13,7% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

10 Imobilizado

Imobilizado - Consolidado

		2018					2019
		Custo	Adições por aquisições	Adição	Baixas	Transf.	Custo
Custo							
Terrenos		19.295	492				19.787
Edificações		228.384		7.470		5.559	241.413
Edificações em terceiros (i)				1.140.294		(5.916)	1.134.378
Benfeitorias em imóveis de terceiros		295.799	599	38.737	(303)	29.315	364.147
Móveis e utensílios		109.851	3.669	20.866	(11.236)	17.005	140.155
Computadores e periféricos		163.139	4.187	21.747	(7.213)	296	182.156
Máquinas e equipamentos		132.029		17.930	(237)	(10.998)	138.724
Equipamentos de atividades físicas		61.854	3.620	22.483	(63)	(7)	87.887
Biblioteca		167.613	2.569	1.409	(63)	(47)	171.481
Instalações		53.920	2	10.960	(41)	105	64.946
Tablets		32.442	400	00.400	(23.133)	(05.440)	9.309
Construções em andamento Desmobilização		14.385 26.951	126	62.486 1.850	(94) (1.330)	(35.113)	41.790 27.471
Outros		16.595	132	2.103	(1.330)	(418)	18.341
Outros		10.595	132	2.103	(71)	(410)	10.341
		1.322.257	15.396	1.348.335	(43.784)	(219)	2.641.985
	Taxas de		Adições por				
	depreciação	Depreciação	aquisições	Adição	Baixas	Transf.	Depreciação
Depreciação		,					()
Edificações	21,50% a.a.	(63.174)		(4.144)		8	(67.310)
Edificações em terceiros (i)	21,50% a.a.	(4=0,000)		(164.343)		359	(163.984)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(158.360)	(0.047)	(33.694)	127	194	(191.733)
Móveis e utensílios	8,33% a.a. 25% a.a.	(58.893)	(2.317)	(10.631)	919	(984)	(71.906)
Computadores e periféricos Máguinas e equipamentos	25% a.a. 8,33% a.a.	(133.827) (75.059)	(880) (3.646)	(17.833) (16.577)	6.553 175	158 486	(145.829) (94.621)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(22.664)	(893)	(4.494)	35	11	(28.005)
Biblioteca	5% a.a.	(75.523)	(1.549)	(7.372)	62	3	(84.379)
Instalações	8,33% a.a.	(21.854)	(1.543)	(4.101)	14	(29)	(25.970)
Tablets	20% a.a.	(28.510)		(3.514)	23.123	(23)	(8.901)
Desmobilização	2070 a.a.	(16.479)		(1.855)	67		(18.267)
Outros	14,44% a.a.	(6.809)	(73)	(2.048)	59	13	(8.858)
	,	(1-1-1)		, , , , , , , ,			
		(661.152)	(9.358)	(270.606)	31.134	219	(909.763)
Saldo residual líquido		661.105	6.038	1.077.729	(12.650)		1.732.222

⁽i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 11 é referente à computadores e periféricos da controladora (R\$ 15 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

		2017					2018
		Custo	Adições	Baixas	Transf.	Reclas. do intangível	Custo
Custo							
Terrenos		19.295				(\)	19.295
Edificações		208.737	14.706	(143)	5.441	(357)	228.384
Benfeitorias em imóveis de terceiros		248.758	37.110	(4.721)	14.652		295.799
Móveis e utensílios		96.317	16.946	(3.398)	(15)	1	109.851
Computadores e periféricos		154.408	10.954	(2.999)	4	772	163.139
Máquinas e equipamentos		117.137	15.305	(448)	2	33	132.029
Equipamentos de atividades físicas		48.283	13.973	(406)		4	61.854
Biblioteca		159.081	9.579	(1.048)	450	1	167.613
Instalações		51.615	2.278	(125)	152		53.920
Tablets		37.974	07.000	(5.522)	(10)		32.442
Construções em andamento		6.659 22.196	27.909	(4.27)	(20.183)		14.385 26.951
Desmobilização			4.892	(137)	(7)	(402)	
Outros		10.731	7.051	(1.077)	(7)	(103)	16.595
		1.181.191	160.703	(20.024)	36	351	1.322.257
	Taxas de					Reclas, do	
	depreciação	Depreciação	Adições	Baixas	Transf.	intangível	Depreciação
Depreciação							
Edificações	1,67% a.a.	(59.546)	(3.770)	122	18	2	(63.174)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	11,11% a.a.	(134.199)	(29.702)	5.607	(66)		(158.360)
Móveis e utensílios	8,33% a.a.	(54.388)	(7.709)	3.206	(1)	(1)	(58.893)
Computadores e periféricos	25% a.a.	(118.348)	(17.732)	2.984		(731)	(133.827)
Máquinas e equipamentos	8,33% a.a.	(58.799)	(16.529)	302		(33)	(75.059)
Equipamentos de atividades físicas	6,67% a.a.	(19.740)	(3.153)	233		(4)	(22.664)
Biblioteca	5% a.a.	(69.061)	(7.116)	655		(1)	(75.523)
Instalações	8,33% a.a.	(18.233)	(3.733)	112			(21.854)
Tablets	20% a.a.	(27.469)	(6.427)	5.376	10		(28.510)
Desmobilização		(12.204)	(4.336)	61			(16.479)
Outros	14,44% a.a.	(6.788)	(931)	918	3	(11)	(6.809)
		(578.775)	(101.138)	19.576	(36)	(779)	(661.152)
Saldo residual líquido		602.416	59.565	(448)		(428)	661.105

Determinados bens adquiridos através de financiamento ou arrendamento mercantil (Nota 11) foram dados em garantia aos respectivos contratos. A Companhia e suas controladas não concederam outras garantias de bens de sua propriedade em nenhuma transação efetuada.

Máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

		2018		=		2019
		Custo	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Custo
Custo Arrendamentos financeiros capitalizados		96.227	960	1.146.771	(16.328)	1.227.630
		96.227	960	1.146.771	(16.328)	1.227.630
	Taxa de depreciação	Depreciação	Adições por aquisições	Adições	Baixas	Depreciação
Depreciação Arrendamentos financeiros capitalizados	21,60% a.a.	(62.055)	(747)	(187.313)	6.177	(243.938)
		(62.055)	(747)	(187.313)	6.177	(243.938)
Saldo contábil líquido		34.172	213	959.458	(10.151)	983.692

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O Grupo arrenda diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem ao Grupo. Todos os arrendamentos do Grupo são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) (IAS 36), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo imobilizado, que apresentam indicativos de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação (valor de mercado), são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou mudanças de circunstâncias ou sinais de obsolescência tecnológica. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 não existia necessidade de registrar qualquer provisão para perda em seus ativos imobilizados.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

11 Empréstimos e financiamentos

	-	Co	ntroladora	Co	onsolidado
Modalidade	Encargos financeiros	2019	2018	2019	2018
Em moeda nacional					
	IGP-M/ IGPI-DI/ IPCA /				
Contratos de arrendamento mercantil Direito de uso (i)	INCC/ IPC/ IPCA-E a.a			1.031.808	
	INPC/ IGPI-DI/ IGPM a.a/				
Outros contratos de arrendamento mercantil	CDI Over a.d + 2% a.m			4.709	33.048
Segunda emissão de debêntures	CDI+1,18% a.a		121.840		121.840
Quarta emissão de debêntures	CDI+1,50% a.a		50.214		50.214
Quinta emissão de debêntures (1ª Série)	CDI+0,585% a.a	255.491		255.491	
Quinta emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	357.958		357.958	
Custos de captação de debêntures		(1.394)	(497)	(1.394)	(497)
Empréstimo Banco da Amazônia	9,5% a.a	, ,	, ,	, ,	7.372
Empréstimo FINEP	6% a.a	3.080	3.674	3.080	3.674
Notas promissórias Itaú	CDI+1,25% a.a _		601.564		601.564
		615.135	776.795	1.651.652	817.215
	=	010.100	110.100	1.001.002	017.210
Passivo circulante		13.586	773.709	170.054	795.789
Passivo não circulante	_	601.549	3.086	1.481.598	21.426
	_	615.135	776.795	1.651.652	817.215

⁽i) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020		587		6.829
2021	137	587	140.250	4.327
2022	250.338	587	390.502	2.450
2023	175.378	587	300.135	2.007
2024	175.553	587	255.219	1.875
A partir de 2025	143	151	395.492	3.938
Passivo não circulante	601.549	3.086	1.481.598	21.426

Os contratos de arrendamento mercantil estão garantidos pelos ativos subjacentes.

Em dezembro de 2018, a Companhia concluiu a segunda emissão de notas promissórias no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 08 de março de 2019 ao custo de 105,75% do CDI.

Em janeiro de 2019, a Companhia liquidou antecipadamente os contratos de empréstimos junto ao Banco da Amazônia "BASA", nos valores de R\$ 3.072, R\$ 2.418 e R\$ 1.743 financiados desde o início do contrato em 2009, 2010 e 2016, respectivamente. O valor da liquidação executada em janeiro de 2019 totalizou R\$ 7.233.

Em fevereiro de 2019, a Companhia concluiu a quinta emissão de debêntures no valor total de R\$ R\$ 600.000 com vencimento em 15 de fevereiro de 2024 em duas séries, sendo a 1ª série ao custo de 100% do CDI + 0,585% a.a. no montante de principal de R\$ 250.000 com vencimento 15 de fevereiro de 2022 e a 2ª série ao custo de 100% + 0,785% a.a., com a primeira amortização de principal em 15 de fevereiro de 2023 no montante de R\$ 175.000 e a segunda amortização de principal em 15 de fevereiro de 2024 no montante de R\$ 175.000.

Em fevereiro de 2019, a Companhia liquidou integralmente e antecipadamente a segunda emissão de notas promissórias realizada em dezembro de 2018, no montante de R\$ 607.544.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em junho de 2019, a Companhia liquidou integralmente a quarta emissão de debêntures realizada em dezembro de 2016, no montante de R\$ 100.000. O valor da liquidação executada em junho de 2019 totalizou R\$ 51.928.

Em outubro de 2019, a Companhia liquidou integralmente a segunda emissão de debêntures realizada em outubro de 2014, no montante de R\$ 300.000. O valor da liquidação executada em outubro de 2019 totalizou R\$ 62.208.

Os contratos mantidos com diversos credores contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, as controladas e controladora atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

12 Salários e encargos sociais

12	Jaiarios e eficalgos sociais	Co	ntroladora		Consolidado
		2019	2018	2019	2018
	Salários, verbas indenizatórias e encargos sociais a pagar Provisão de férias	651	330	103.480 32.952	102.370 31.284
		651	330	136.432	133.654
13	Obrigações tributárias	Co	ontroladora		Consolidado
		-		2040	
		2019	2018	2019	2018
	ISS a recolher IRRF a recolher PIS e COFINS a recolher IOF a recolher	3 84 51	5 88 93	17.317 12.973 3.723	18.335 13.310 2.838 64
		138	186	34.013	34.547
	IRPJ a recolher CSLL a recolher			1.615 410	788 253

14 Parcelamentos de tributos

		Consolidado
	2019	2018
IRPJ (i)	1.992	533
CSLL	27	48
FGTS	1.195	810
ISS	59	1.345
PIS	85	91
COFINS	623	704
INSS (i)	10.546	6.490
OUTRÔS	221	220
	14.748	10.241
Passivo circulante	3.729	3.563
Passivo não circulante	11.019	6.678
	14.748	10.241

138

Mensalmente o saldo de parcelamentos é atualizado pela Selic.

2.025

36.038

186

1.041

35.588

⁽i) Aumento em consequência da aquisição da Unitoledo que possui um passivo de parcelamentos de INSS e IRPJ.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Referem-se basicamente a parcelamentos de tributos junto às Prefeituras, Receita Federal e Previdência Social e os seus vencimentos a longo prazo estão apresentados abaixo:

gooda o oo		Consolidado
	2019	2018
2020		1.551
2021	1.949	1.130
2022	2.538	1.144
2023	2.538	1.110
2024	2.082	792
2025 a 2029	1.912	951
	11.019	6.678

15 Preço de aquisição a pagar

	Consolidado	
	2019	2018
SÃO LUIS IESAM (i) Estácio Amazonas (ii)	9.683	9.140 10.914 2.801
CEUT FNC (iii) FCAT (iv)	3.375	3.974 13.886 1.499
FUFS (v) UNITOLEDO (vi)	2.279 47.693	3.293
	63.030	45.507
Aquisição de imóveis (vii)	653	2.833
	63.683	48.340
Passivo circulante Passivo não circulante	19.142 44.541	34.488 13.852
	63.683	48.340

- (i) Em julho de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da IESAM.
- (ii) Em agosto de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da Estácio Amazonas.
- (iii) Em janeiro de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da FNC.
- (iv) Em novembro de 2019 foi liquidada a última parcela referente à aquisição da FCAT.
- (v) A parcela da FUFS com vencimento em março de 2020 foi liquidada antecipadamente em dezembro de 2019.
- (vi) Saldo referente à aquisição da UNITOLEDO.
- (vii) Saldo referente ao compromisso firmado entre IREP e União Norte Brasileira de Educação e Cultura UNBEC, referente à diversos imóveis, localizados na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Refere-se basicamente ao valor a pagar aos antigos proprietários, referente à aquisição das empresas relacionadas e imóveis, sendo corrigido mensalmente por um dos seguintes índices: SELIC, IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), IGP-M ou variação do CDI, a depender do contrato.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

		Consolidado	
	2019	2018	
2020 2021 2022	29.939 14.602	11.657 2.195	
	44.541	13.852	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

16 Contingências

As controladas são partes envolvidas em processos de naturezas cível, trabalhista e tributária que estão sendo discutidos nas esferas apropriadas. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com essas ações em curso.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a provisão para contingências era composta da seguinte forma:

				Consolidado
		2019		2018
	Contingências	Depósitos judiciais	Contingências	Depósitos judiciais
Cíveis Trabalhistas Tributárias	24.073 90.960 3.383	17.904 42.330 15.856	20.019 98.453 8.445	16.334 48.310 17.058
	118.416	76.090	126.917	81.702

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 306 é referente à contingência da controladora, sendo R\$ 107 cível e R\$ 199 tributária (R\$ 288 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$ 103 cível e R\$ 185 tributária) e em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$ 216 é referente à depósitos judiciais da controladora.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldos em 2017	15.147	62.712	8.425	86.284
Adições	33.133	78.297	8.740	120.170
Reversões	(2.867)	(6.267)	(7.814)	(16.948)
Baixas por pagamentos	(27.078)	(65.912)	(1.163)	(94.153)
Atualização monetária	1.684	29.623	<u>257</u>	31.564
Saldos em 2018	20.019	98.453	8.445	126.917
Adições	44.389	42.788	5.518	92.695
Reversões	(9.919)	(11.223)	(5.229)	(26.371)
Baixas por pagamentos	(35.133)	(44.972)	(4.804)	(84.909)
Atualização monetária	4.717	5.914	(547)	10.084
Saldos em 2019	24.073	90.960	3.383	118.416

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a despesa com provisão para contingências reconhecida na demonstração do resultado estava representada da seguinte forma:

	2019	2018
Composição resultado Adições Reversões	92.695 (26.371)	120.170 (16.948)
Atualização monetária	10.084	31.564
Provisão para contingências	76.408	134.786
Despesas gerais e administrativas (Nota 24) Resultado financeiro (Nota 26)	(66.324) (10.084)	(103.222) (31.564)
	(76.408)	(134.786)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(a) Cíveis

A maior parte das ações envolve, principalmente, pedidos de indenização por danos materiais e morais, decorrentes de cobranças indevidas, demora na expedição de diplomas, entre outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, assim como algumas ações envolvendo direito imobiliário.

As provisões constituídas para processos de natureza cível decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	Valores
Cobrança indevida	5.882
Imobiliário	5.455
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	1.994
Reconhecimento e cancelamento de curso / matrícula	2.456
FIES	1.686
PROUNI	585
Honorários de êxito	2.625
Outros (i)	3.390
	24.073

 ⁽i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas e demais indenizatórias.

(b) Trabalhistas

Os principais pedidos das reclamações trabalhistas são horas extras, férias não gozadas, reconhecimento de vínculo empregatício, equiparação salarial e diferenças salariais decorrentes de redução de cargas horárias de determinados professores.

As provisões constituídas para processos de natureza trabalhista decorrem dos seguintes objetos:

Objetos	<u>Valores</u>
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso prévio	33.447
Horas extras + supressão inter + intrajornada	7.586
Dano moral / material / assédio moral	1.537
Cota previdenciária	10.216
Honorários	2.780
Desvio de função e equiparação	8.734
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT E CCT / ACT)	1.166
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	1.064
Férias	1.073
Honorários de êxito	3.523
IR / juros e correção monetária	10.850
Outros (i)	8.984
	90.960

(c) Tributárias

As demandas tributárias versam principalmente sobre imunidade tributária, escalonamento de contribuições previdenciárias decorrentes da Lei nº 11.096/05, exclusão das bolsas de estudo da base de cálculo do ISS e multas por supostos descumprimentos de obrigações acessórias (regimes especiais de escrituração contábil).

As provisões constituídas para processos de natureza tributária decorrem dos seguintes objetos:

Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos	Valores
Taxas / tarifas de esgoto	23
Honorários de êxito	3.360

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

3.383

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia possui ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais. Essas ações não são passíveis de constituição de provisão conforme práticas contábeis em vigor.

		Consolidado	
	2019	2018	
Cíveis	265.875	219.542	
rabalhistas	378.533	201.783	
árias	516.177	599.706	
	1.160.585	1.021.031	

As principais ações classificadas como possíveis podem ser agrupadas da seguinte forma:

Objetos Cíveis	Valores
Cobrança indevida	68.108
Imobiliário	125.193
Emissão de certificado de conclusão / diploma e colação de grau	18.199
Reconhecimento e cancelamento de curso	1.820
Matrícula	8.889
FIES	25.045
PROUNI	1.553
Outros (i)	17.068
	265.875

(i) Trata-se de ações decorrentes de outros problemas de caráter operacional e/ou acadêmico, ações civis públicas, Procon e demais indenizatórias.

Objetos Trabalhistas	Valores
Diferenças salariais e rescisórias + redução de carga horária + FGTS + aviso + indenização	187.623
Horas extras + supressão inter + intrajornada	72.338
Dano moral / material / assédio moral	17.718
Cota previdenciária	17.060
Honorários	24.994
Desvio de função e equiparação	11.100
Multas (Art. 467 CLT, Art. 477 CLT e CCT / ACT)	7.833
Adicionais (insalubridade / noturno / aprimoramento / tempo de serviço / periculosidade)	15.230
Férias	6.637
Outros (i)	18.000
	378.533

(i) Pedidos complementares aos principais descritos acima (reflexos) e honorários do sindicato.

Objetos Tributários	Valores
Contr. previdenciárias / FGTS	287.489
ISS	179.794
PIS / COFINS	25.696
IRPJ / CSLL / IRRF	17.596
IPTU / FORO / IPVA	1.129
Multas diversas	3.469
Outros	1.004
	516.177

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Dentre as principais ações não provisionadas nas informações financeiras, podemos destacar as que envolvem valores superiores a R\$ 10.000:

Contribuição previdenciária:

- (i) Em razão da divergência de entendimento acerca da data inicial do escalonamento de alíquota previsto no artigo 13 da Lei No. 11.096/05 ("Lei do PROUNI"), foram distribuídas Execuções Fiscais pela Fazenda Nacional contra a SESES, visando à cobrança judicial de débitos referentes a alegadas diferenças de recolhimentos de contribuições previdenciárias. Foram apresentados os respectivos embargos a essas execuções, nos quais a SESES apresentou petição informando sobre o trânsito em julgado da decisão favorável à tese proferida nos autos da ação ordinária nº 0017945-16.2009.4.02.5101. Em 13 de agosto de 2019, a Fazenda Nacional informou nos autos que os débitos em cobrança serão retificados para abarcar o racional da decisão favorável à Estácio transitada em julgado. Em outubro de 2019 foi anexado ofício da DEMAC por meio do qual informa já ter procedido às retificações dos DEBCAD's, após apuração, por meio do dossiê instaurado perante a RFB, dos efeitos decorrentes do trânsito em julgado. Foi protocolada manifestação da Estácio requerendo o levantamento dos valores proporcionais depositados em conta judicial. Aguarda-se despacho sobre a manifestação apresentada. Diante da retificação efetuada pela Receita Federal, o valor total envolvido passou a ser R\$ 82.587.
- (ii) Autos de infração contra a SESES em função do suposto descumprimento de obrigação tributária principal referente ao período de 02/2007 a 12/2007. A empresa interpôs recurso requerendo a anulação dos autos de infração ante a sua manifesta improcedência, o qual foi julgado parcialmente procedente, para considerar o percentual das contribuições patronais à razão de 20%, a partir do mês em que a Empresa migrou do regime econômico de entidade beneficente para sociedade empresária. Em 16 de janeiro de 2018, a Empresa ajuizou a ação anulatória para questionamento do débito remanescente, e sua respectiva tutela provisória foi deferida. Em 20 de fevereiro de 2018, a Fazenda Nacional distribuiu Execução Fiscal para cobrança do respectivo débito e a ação anulatória foi julgada extinta sem resolução do mérito por perda do objeto em virtude do ajuizamento da Execução Fiscal. Em 02 de maio de 2018, a SESES opôs Embargos à Execução Fiscal, a Fazenda Nacional apresentou sua impugnação e a SESES se manifestou em réplica. Atualmente, aguardase o julgamento de 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 23.357.
- (iii) A Secretaria da Receita Federal lavrou autos de infração contra a SESES, tendo por objetos supostos débitos de contribuições previdenciárias, relativos ao período de 01/2006 a 01/2007 e descumprimento de obrigações acessórias. Esses autos questionam, principalmente, o preenchimento dos requisitos legais para qualificação da SESES como entidade beneficente de assistência social e seu correspondente direito à isenção de contribuições previdenciárias, condição que ostentou até 09 de fevereiro de 2007. Em agosto de 2012, a SESES foi intimada para ciência de decisão de 1ª instância administrativa que deu provimento parcial às nossas respectivas impugnações, para reconhecer a decadência e excluir dos lançamentos o período de 01/2006 a 07/2006, tendo sido mantidos os demais argumentos da fiscalização. Foi interposto Recurso Voluntário em 27 de setembro de 2012. Em 20.09.2016, os autos foram distribuídos e, no momento, aguardase nova inclusão do recurso em pauta para julgamento. O valor total envolvido é de R\$ 131.469.
- (iv) A Secretaria da Receita Federal proferiu despacho decisório não homologando às compensações efetuadas pela SESES e IREP de contribuições previdenciárias realizadas em GFIP nas competências de outubro de 2013 a dezembro de 2015. Os créditos compensados foram apurados sobre recolhimentos indevidos de contribuições previdenciárias (decaídas) em Reclamações Trabalhistas, além de recolhimentos indevidamente realizados sobre verbas que não possuem natureza remuneratória (1/3 de férias, aviso prévio indenizado e faltas justificadas). Nos dois casos foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª instância administrativa, apresentados os respectivos Recursos Voluntários e atualmente aguarda-se a inclusão de ambos recursos em pauta para julgamento no CARF. O valor total envolvido é de R\$ 41.962.

ISS - Imposto sobre serviços:

(i) Em razão da Execução Fiscal distribuída pelo Município de Niterói, decorrente de lavratura de auto de infração, ocorrida em 29 de setembro de 2009, cobra da SESES o ISS do período compreendido entre janeiro de 2004 e janeiro de 2007, tendo em vista a suspensão da imunidade tributária, realizada pela Administração Pública Municipal em razão de alegado descumprimento dos requisitos para o gozo da imunidade previstos no art. 14 do CTN, ou seja, por não ter sido supostamente apresentada à fiscalização a escrituração

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

fiscal/contábil nos termos da legislação em vigor. Foram apresentados os nossos embargos à execução em 16 de setembro de 2013. Foi realizada perícia com laudo favorável à empresa. Todavia, o Município de Niterói contestou o laudo pericial, requerendo a sua nulidade sob fundamento de não ter sido intimada sobre a data agendada e local da realização da mesma. O pedido foi deferido e na segunda diligência pericial, efetivada em 26/11/2019, o Perito do Juízo novamente concluiu que a escrita contábil da Estácio, no período da controvérsia, estava perfeitamente adequada às exigências legais. Foi protocolada nova manifestação da Estácio sobre o novo laudo pericial. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 62.702.

- (ii) Em 14/08/2018 foi recebida Execução Fiscal, em nome da Sociedade Tecnopolitana da Bahia LTDA (STB), incorporada pela IREP em 06/2010, decorrente de ausência de pagamento de ISS no período de 2007 a 02/2011. O lançamento teve origem em diligência decorrente de processo de baixa de atividade dos estabelecimentos da matriz e filial da STB. Em 03/10/2018 foram apresentados Embargos à Execução. Aguarda-se julgamento em 1ª instância. O valor total envolvido é de R\$ 19.919.
- (iii) O Município de Salvador ajuizou Execução Fiscal referente a supostos créditos tributários de ISS dos períodos de apuração de 07/2012 a 11/2013, em razão de divergências quanto à fixação da base de cálculo do imposto (dedutibilidade de bolsas de estudo da base de cálculo do ISS). Foram opostos Embargos à Execução com pedido de realização de perícia contábil. Após nomeação do perito contábil e indicação dos respectivos assistentes técnicos, aguarda-se a realização da perícia. O valor total envolvido é de R\$ 11.494.

17 Patrimônio Líquido

(a) Capital Social

O capital social poderá ser aumentado pelo Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações. Em 31 de dezembro de 2019 o capital social é representado por 309.088.851 ações ordinárias.

Na reunião de conselho de administração, realizada em 15 de março de 2018, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 8.946, mediante a capitalização de saldo de reservas de lucros, sem a emissão de novas ações.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é como segue:

		Ações ordinária			
Acionistas	2019	<u>%</u>	2018	<u>%</u>	
Administradores e conselheiros Tesouraria	485.994 8.428.182	0,2 2,7	601.693 8.975.936	0,2 2,9	
Outros (i)	300.174.675	97,1	299.511.222	96,9	
	309.088.851	100	309.088.851	100	

⁽i) Free float

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações em 2017	317.896.418
Cancelamento de ações em tesouraria	
- Reunião do Conselho de Administração 13 de junho de 2018	(8.807.567)
Quantidade de ações em 2018	309.088.851

Não houve movimentação nas ações de capital durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Ações em tesouraria

Em 16 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a extensão do prazo do 5º programa de recompras de 12 para 18 meses, com encerramento em 21 de dezembro de 2018. Após o encerramento do programa o número total de ações recompradas foi de 10.515.700 (dez milhões quinhentos e quinze mil e setecentas) ações ordinárias, equivalente a 66,16% do total das ações previstas para o programa.

	Quantidade	Custo médio	Saldo
Ações em tesouraria em 2018	8.975.936	23,02	206.641
Pagamento de SOP com ações em tesouraria (Nota 17 d.3)	(547.754)	23,02	(12.610)
Ações em tesouraria em 2019	8.428.182	23,02	194.031

(d) Reservas de capital

(d.1) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumento de capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendo cumulativo a ações preferenciais.

O valor do ágio na subscrição de ações nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 de 2018 é composto da seguinte forma:

		Controladora
	2019	2018
Reserva de impostos	3	3
Lucros não distribuíveis (i)	96.477	96.477
Reserva especial de ágio na incorporação	85	85
Ágio na subscrição de ações	498.899	498.899
	595.464	595.464
(i) Lucros auferidos em períodos anteriores a transformação da Companhia em sociedade empresarial		
O ágio com a emissão de ações está representado da seguinte forma:		
	_	2019
Subscrição de 17.853.127 ações		(23.305)
Valor pago pelas 17.853.127 ações	_	522.204
Ágio na emissão de ações		498.899

(d.2) Opções de outorgas

A Companhia constituiu a reserva de capital para opções de ações outorgadas, conforme mencionado na Nota 20. Como o pronunciamento técnico requer, o valor justo das opções foi determinado na data da outorga e está sendo reconhecido pelo período de aquisição do direito (*vesting period*) até a data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(d.3) Ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria

O ágio e deságio na alienação de ações em tesouraria refere-se à diferença entre o preço da aquisição que a Companhia pagou pelas ações e o valor de alienação pela utilização das ações para pagamento do programa de opções outorgadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O deságio com alienação das ações em tesouraria está representado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019 e de 2018:

	Quantidade de ações	Alienação	Valor pago	Deságio
Deságio em 2018	2.230.255	35.123	27.140	7.983
Pagamento SOP em 2019	372.929	8.586	5.731	2.855
Deságio em 2019	2.603.184	43.709	32.871	10.838

(e) Reservas de lucros

(e.1)Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva de capital somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

(e.2) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2018, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 459.472 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, dos resultados acumulados pela Companhia, foi destinado o valor de R\$ 460.375 a Reserva de Retenção de Lucros referentes a potenciais aquisições, expansão e melhorais em infraestrutura, tecnologia e expansão orgânica, conforme previsto em estatuto da Companhia. Essa proposta de retenção de lucros será aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020.

(e.3) Excesso de reserva de lucros

De acordo com o artigo 199 da lei das sociedades por ações, o somatório das reservas de lucro não poderá ser superior ao montante do capital social da Companhia. Dessa forma, na assembléia geral realizada em 15 de março de 2018 a administração aprovou o aumento de capital de R\$ 8.946.

Com relação as demonstrações financeiras de 2019, será apreciado pelo Conselho de Administração, a se realizar em 12 de março de 2020, novo aumento de capital no montante de R\$ 369.440.

(f) Dividendos

O Estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício ajustado pela constituição da reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 2019, foram pagos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2018 no montante de R\$ 153.157 (Em 2018 foram pagos R\$ 100.840 relativos ao exercício de 2017).

Em 20 de dezembro de 2018, foi pago o montante de R\$ 400.000 referente a distribuição de dividendos intermediários aprovado pelo Conselho de Administração, oriundos da conta de Reserva de Lucros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 o cômputo dos dividendos e sua respectiva movimentação no exercício são como segue:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

	Controlador	
	2019	2018
Lucro líquido do exercício da controladora Constituição da reserva legal (Artigo 193 da Lei nº 6.404)	646.140 (32.307)	644.873 (32.244)
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	613.833	612.629
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	153.458	153.157
Quantidade de ações em 31 de dezembro Quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro	309.088.851 (8.428.182)	309.088.851 (8.975.936)
Dividendo por ação em circulação - em reais	0,51040	0,51033

18 Instrumentos financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderão ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 encontram-se registrados nas contas patrimoniais e por valores compatíveis com aqueles praticados no mercado.

(a) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado, tendo em vista que estão sujeitos a carência máxima de 90 dias.

(b) Empréstimos e financiamentos

São mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva.

(c) Contas a receber

São classificados como recebíveis e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, os quais se aproximam ao valor de mercado.

(d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

(e) Demais instrumentos financeiros ativos e passivos

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

18.1 Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

		Consolidado
Nivel 2	2019	2018
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resulado Aplicações financeiras	596.861	804.360
	596.861	804.360

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve transferências decorrentes de avaliações de valor justo entre os níveis 1 e 2, nem para dentro ou fora do nível 3.

18.2 Fatores de riscos financeiros

Todas as operações do Grupo são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos. A administração constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber; portanto, o risco de incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados encontra-se mensurado e registrado contabilmente. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio do Grupo podem ser assim enumerados:

(a) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores dos serviços prestados.

O Grupo também está sujeito a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O risco de crédito relativo à prestação de serviços é minimizado por um controle estrito da base de alunos, pelo gerenciamento ativo da inadimplência e pela pulverização dos saldos. Adicionalmente, a Companhia exige a liquidação ou negociação das parcelas em atraso dos alunos no reingresso do próximo semestre letivo.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de acordo com a Política de Investimento, aprovada pelo Conselho de Administração. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos judiciais encontram-se com instituições financeiras com riscos de crédito A a AAA de acordo com as agência de crédito Standard & Poor's, Fitch ou Moody's. Para caso de dois ou mais ratings, será considerado o rating da maioria. Em casos de rating distintos, a Companhia utiliza o maior rating como base.

(b) Risco de taxa de juros

O Grupo está exposto à oscilação da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que remunera suas aplicações financeiras e suas dívidas. Adicionalmente, qualquer aumento nas taxas de juros poderá elevar o custo dos empréstimos estudantis, inclusive os empréstimos nos termos do FIES, e reduzir a demanda em relação aos cursos.

0----

Estácio Participações S.A. Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(c) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Companhia não possui posição em moeda estrangeira.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo. Não houve mudança relevante nos instrumentos financeiros passivos do Grupo em 31 de dezembro de 2019 em relação a 31 de dezembro de 2018.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

		Consoli		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 2019				
Fornecedores	126.651			
Empréstimos	13.586	30.893	644.181	51
Obrigações com arrendamento financeiro	156.468	293.331	223.903	526.527
Preço de aquisição a pagar	19.142	31.639	16.394	
Em 2018				
Fornecedores	105.812			
Empréstimos	775.747	3.205	5.605	871
Obrigações com arrendamento financeiro	20.042	6.335	2.554	7.572
Preço de aquisição a pagar	34.488	12.348	2.363	

(e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os instrumentos financeiros do Grupo são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 se aproximam dos valores de mercado.

Os principais riscos atrelados às operações do Grupo estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Com relação aos empréstimos em reais, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo do valor justo desses instrumentos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

As aplicações com CDI estão registradas a valor justo, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário e operações compromissadas, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes. Com base na taxa CDI publicada oficialmente pela CETIP em 31 de dezembro de 2019 (4,40% a.a.), utilizou-se esta taxa como cenário provável para o ano. A partir desta, foram calculadas variações de 25% e 50%, cenários II e III respectivamente.

Para cada cenário foram calculadas as "receita financeira bruta e as despesas financeiras", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2019, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

			Cenário el	evação do CDI
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	4,40%	5,50%	6,60%
R\$ 596.861		26.262	32.827	39.393
Debêntures V - 1ª T	CDI+0,59%	5,01%	6,12%	7,22%
R\$ 255.491		(12.800)	(15.636)	(18.446)
Debêntures V - 2ª T	CDI+0,79%	5,22%	6,33%	7,44%
R\$ 357.958		(18.685)	(22.659)	(26.632)
Posição líquida	=	(5.223)	(5.468)	(5.685 <u>)</u>
			Cenário	queda do CDI
Operações	Risco	Cenário Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras	CDI	4,40%	3,30%	2,20%
R\$ 596.861		26.262	19.696	13.131
Debêntures V - 1ª T	CDI+0,59%	5,01%	3,90%	2,80%
R\$ 255.491		(12.800)	(9.964)	(7.154)
Debêntures V - 2ª T	CDI+0,79%	5,22%	4,11%	3,00%
R\$ 357.958		(18.685)	(14.71 <u>2</u>)	(10.739)
Posição líquida	_	(5.223)	(4.980)	(4.762)

(f) Gestão de Capital

A dívida da Companhia em relação ao Patrimônio Líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é apresentada a seguir em dados consolidados:

		Consolidado	
	2019	2018	
Empréstimos e financiamentos (Nota 11) (i) (-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	619.844 (12.251)	817.215 (13.686)	
Dívida líquida Patrimônio líquido	607.593 3.102.352	803.529 2.591.409	
Dívida líquida sobre patrimônio	0,20	0,31	

⁽i) Divida líquida dos efeitos do IFRS 16 conforme Nota 11

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

(g) Compensação de instrumentos financeiros

Não há ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a compensações contratuais em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

19 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importanci	Importâncias seguradas	
	2019	2018	
Responsabilidade civil dos diretores	80.000	80.000	
Responsabilidade civil	10.000	10.000	
Seguro patrimonial (i)	130.406	130.406	
Vida em grupo	729.382	610.333	

⁽i) Corresponde a prédios, benfeitorias, móveis, maquinismos, materiais e utensílios, mercadorias e matérias-primas.

20 Remuneração dos administradores

(a) Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleias Gerais Ordinárias realizadas em 19 de abril de 2017, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a remuneração total (salários e participação nos lucros) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de R\$ 22.592 e R\$ 19.942, respectivamente, remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes assembleias de acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados, exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na Nota 20 (b).

(b) Plano de opção de compra de ações

Na Assembleia Geral Extraordinária de 12 de setembro de 2008, os acionistas aprovaram o Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), direcionado aos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ("beneficiários"). O Plano é administrado pelo Comitê de Administração do Plano, criado pelo Conselho de Administração especificamente para este fim em reunião realizada em 1º de julho de 2008. Compete ao Comitê, periodicamente, criar programas de opção de aquisição de ações e outorgar à listagem de Beneficiários (revisada de tempos em tempos) as opções e as regras específicas aplicáveis, sempre observadas às regras gerais do Plano ("Programa").

O volume de opções de aquisição de ações está limitado 5% das ações representativas do capital social da Companhia na data da aprovação de cada Programa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Até 31 de dezembro de 2019 foram criados onze programas de opção de aquisição de ações, dos quais seis programas não contem estoque de ações a exercer (programas do 1º ao 5º e 9º), todos os outros programas (6º ao 8º, 10º e 11º) apesar de encerrados, ainda contem estoque de ações a exercer.

Para os programas descritos abaixo, a Companhia utiliza para o cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binomial.

Em 14 de outubro de 2014 com o encerramento do 6º Programa foi aprovada criação do 7º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 23,60 (vinte e três reais e sessenta centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 14 de outubro de 2014, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 02 de outubro de 2015 com o encerramento do 7º Programa foi aprovada criação do 8º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 13,15 (treze reais e quinze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 02 de outubro de 2015, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 29 de abril de 2016 com o encerramento do 8º Programa foi aprovada criação do 9º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 10,85 (dez reais e oitenta e cinco centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 29 de abril de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 19 de julho de 2016 com o encerramento do 9º Programa foi aprovada criação do 10º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 15,12 (quinze reais e doze centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 19 de julho de 2016, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 25 de abril de 2017 com o encerramento do 10º Programa foi aprovada a criação do 11º Programa, com o preço de emissão das ações a serem adquiridas de R\$ 14,18 (quatorze reais e dezoito centavos), com seu valor acrescido de correção monetária com base na variação do IGPM desde a data de 25 de abril de 2017, até a data do efetivo exercício da opção.

Em 31 de dezembro de 2019 o número de opções outorgadas, que foram exercidas acumuladas de todos os programas foi de 13.208.276 ações (R\$ 113.034), sendo (11.218.904 ações programas encerrados e 1.989.372 ações programas ativos), sendo o total de ações outorgadas, subtraído das ações prescritas, de 16.994.402 ações (R\$ 158.257), sendo (12.042.223 ações de programas encerrados e 4.952.179 ações programas ativos.)

Programas de opções outorgadas com saldo de ações a consumir:

Programas	Outorgadas	Opções Prescritas	Opções Abandonadas	Exercidas	Saldo de ações
6P	5.090.000	2.247.000	1.882.764	812.767	147.469
7P	889.000	379.200	331.174	97.526	81.100
8P	983.000	457.400	50.127	437.913	37.560
10P	1.105.779	520.000	42.000	394.000	149.779
11P	991.010	503.010	20.255	247.166	220.579
Total Geral	9.058.789	4.106.610	2.326.320	1.989.372	636.487

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

O total de opções outorgadas que foram exercidas nos últimos trimestres é como segue:

	Ações exercidas
31 de dezembro de 2017	11.593.133
31 de março de 2018	11.595.333
30 de junho de 2018	12.772.667
30 de setembro de 2018	12.835.412
31 de dezembro de 2018	12.842.762
31 de março de 2019	12.901.362
30 de junho de 2019	13.181.276
30 de setembro de 2019	13.203.276
31 de dezembro de 2019	13.208.276

As premissas utilizadas para cálculo de cada outorga, a partir do modelo de Binomial são descritas a seguir:

									Vida Estimada		
Programa	Fim da	Data de	Opções			Expectativa de	Distribuição de	Taxa de Juros	da Opção	Fair value	Quantidade
	Carência	Vencimento	Outorgadas	Base (i)	Exercício	Volatilidade anual	Dividendos	Livre de Risco	(anos)		Prescrita
11º Programa Abr17	23/04/2018	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	13.500
11º Programa Abr17	23/04/2019	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,84	86.000
11º Programa Abr17	23/04/2020	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,41	117.500
11º Programa Abr17	23/04/2021	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	7,86	117.500
11º Programa Abr17	23/04/2022	23/04/2028	188.000	R\$ 14,18	R\$ 14,88	46,66%	0,00%	8,94%	0	8,26	117.500
11º Programa Abr17 Cons.	23/04/2018	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	R\$ 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0	6,14	25.505
11º Programa Abr17 Cons.	23/04/2019	23/04/2028	25.505	R\$ 14,18	R\$ 14,13	46,66%	0,00%	8,94%	0		25.505
10º Programa Jul16	15/04/2017	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0		2.000
10º Programa Jul16	15/04/2018	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	,	33.000
10º Programa Jul16	15/04/2019	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0		153.000
10º Programa Jul16	15/04/2020	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0		166.000
10º Programa Jul16	15/04/2021	19/07/2026	208.000	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0	-,-	166.000
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2017	19/07/2026	32.890	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0		0
10º Programa Jul16 Cons.	15/04/2018	19/07/2026	32.889	R\$ 15,12	R\$ 14,55	59,18%	0,00%	12,50%	0		0
8P Programa	15/04/2016	15/04/2026	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0	-, -	2.000
8P Programa	15/04/2017	15/04/2027	196.600	R\$ 13,15	, .,	28,80%	0,00%	11,99%	0	- /	56.800
8P Programa	15/04/2018	15/04/2028	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0		81.200
8P Programa	15/04/2019	15/04/2029	196.600	R\$ 13,15	R\$ 13,09	28,80%	0,00%	11,99%	0		150.200
8P Programa	15/04/2020	15/04/2030	196.600	R\$ 13,15	_	28,80%	0,00%	11,99%	0		167.200
Programa 7P Out14	15/04/2015	15/04/2025	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0		16.000
Programa 7P Out14	15/04/2016	15/04/2026	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0	- ,	37.000
Programa 7P Out14	15/04/2017	15/04/2027	177.800	R\$ 26,83		28,80%	0,00%	11,99%	0		86.000
Programa 7P Out14	15/04/2018	15/04/2028	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0		104.400
Programa 7P Out14	15/04/2019	15/04/2029	177.800	R\$ 26,83	R\$ 28,79	28,80%	0,00%	11,99%	0		135.800
Programa 6P Ago14	15/04/2015	15/04/2025	60.000	R\$ 29,16	, ,	26,68%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P Ago14	15/04/2016	15/04/2026	60.000	R\$ 29,16	, , .	26,68%	0,00%	11,99%	0		28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2017	15/04/2027	60.000	R\$ 29,16		26,68%	0,00%	11,99%	0		28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2018	15/04/2028	60.000	R\$ 29,16		26,68%	0,00%	11,99%	0		28.000
Programa 6P Ago14	15/04/2019	15/04/2029	60.000	R\$ 29,16	, ,	26,68%	0,00%	11,99%	0		44.000
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2015	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	, ,,	28,80%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P Ago14 Cons.	15/04/2016	01/08/2024	50.000	R\$ 29,16	, .	28,80%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P Jul 14	15/04/2015	15/04/2025	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P Jul 14	15/04/2016	15/04/2026	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0		80.000
Programa 6P Jul 14	15/04/2017	15/04/2027	608.000	R\$ 29,94		26,43%	0,00%	11,99%	0		602.000
Programa 6P Jul 14	15/04/2018	15/04/2028	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0		608.000
Programa 6P Jul 14	15/04/2019	15/04/2029	608.000	R\$ 29,94	R\$ 17,27	26,43%	0,00%	11,99%	0	,	608.000
Programa 6P Jul 14 Cons.	15/04/2015	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P Jul 14 Cons.	15/04/2016	04/07/2024	162.500	R\$ 29,94	R\$ 18,29	28,80%	0,00%	11,99%	0		0
Programa 6P out13	15/04/2014	15/04/2024	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0		5.000
Programa 6P out13	15/04/2015	15/04/2025	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	-, -	5.000
Programa 6P out13	15/04/2016	15/04/2026	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0		19.000
Programa 6P out13	15/04/2017	15/04/2027	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0		88.000
Programa 6P out13	15/04/2018	15/04/2028	265.000	R\$ 16,82	R\$ 18,34	28,80%	0,00%	11,99%	0	7,43	104.000

⁽i) Preço de mercado nas respectivas datas das outorgas.

Em atendimento ao disposto no pronunciamento técnico CPC 10 (R1), os pagamentos baseados em ações que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram mensurados e reconhecidos pela Companhia.

A Companhia reconhece trimestralmente as opções de ações outorgadas, como reserva de capital com contrapartida no resultado, em despesas gerais e administrativas na rubrica pessoal e encargos sociais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi reconhecida uma reversão de R\$ 961 (provisão de R\$ 3.020 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). O valor da provisão em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 74.966 (R\$ 75.927 em 31 de dezembro de 2018).

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Diretoria estatutária

		2019		2018
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro Exercidas Abandonadas Prescritas	13,81 14,35 0,00 14,35	300.000 83.000 0,00 68.000	13,62 13,52 16,97 13,68	1.418.324 362.069 120.255 636.000
	13,88	149.000	13,81	300.000
Conselho de administração				
		2019		2018
	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares	Preço médio de exercício por ação	Opções - milhares
1º de janeiro Exercidas	10,13 0,00	65.779 0,00	10,20 9,92	415.779 350.000
	10,13	65.779	10,13	65.779

(c) Programa Performance Share

Em 18 de outubro de 2018 foi aprovado em assembleia geral extraordinária o novo Programa de Outorga de Ações Restritas da Companhia.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de Ações Restritas aos Beneficiários selecionados pelo Conselho de Administração, sujeito a determinadas condições, com o objetivo de: (a) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob o seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle.

Poderão ser eleitos como beneficiários do Plano os administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme definido pelo Conselho de Administração.

O número total de ações restritas que poderão ser outorgadas no âmbito do Plano não poderá exceder, juntamente com as opções e/ou ações outorgadas no âmbito de outros planos de remuneração baseada em ações da Companhia (as quais serão consideradas no cálculo do limite total aqui estabelecido), o limite total de 3% do capital social da Companhia na data de aprovação de cada Programa.

O preço de referência por ação restrita utilizado para definir a quantidade de ações restritas outorgada a cada beneficiário corresponderá à média ponderada das cotações das ações de emissão de Companhia na B3 S.A. nos 30 (trinta) pregões anteriores à data de cada Programa.

Cada Programa criado pelo Conselho de Administração terá um prazo de 5 (cinco) anos, cujas ações restritas outorgadas serão divididas em 5 (cinco) iguais lotes anuais, com o período de carência (*vesting*) ocorrendo anualmente.

Excepcionalmente, com relação ao 1º Programa, aprovado pelo Conselho de Administração em 2018, o período de carência (*vesting*) para os primeiros 20% de ações restritas outorgadas se encerrou em 15 de abril de 2019, com a entrega das respectivas ações restritas aos beneficiários em até 30 dias após o fim do período de carência (*vesting*), de modo que o período de carência (*vesting*) para cada um dos demais lotes de 20% se

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

encerrará em 15 de abril de cada ano, com a entrega das respectivas ações restritas no mesmo período máximo de 30 dias.

Para o Plano de Outorga de Ações Restritas, o valor da provisão do programa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 15.603 (R\$ 4.658 em 31 de dezembro de 2018). O valor da provisão acumulada em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 14.429 (R\$ 4.658 em 31 de dezembro de 2018). No 2º trimestre houve uma reversão de R\$ 1.808 na provisão referente ao pagamento dos encargos trabalhistas da 1ª *tranche* de ações que foram vestidas em 15 de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o número de ações outorgadas que foram entregues foi de 242.613 ações, sendo o total de ações outorgadas de 3.804.500 ações.

		Ações adicionais	Ações			
Programas	Outorgadas	dividendos	entregues	Unvested	Canceladas	Prescritas
4D	4 205 500	05.000	205 500	000 700	44.504	507.000
1P	1.395.500	65.399	205.588	683.790	44.521	527.000
1P – Cons.	120.000	6.942		126.942		
1P – Esp.	300.000	17.355	37.025	275.041	5.289	
2P .	879.000			850.000		29.000
2P – Esp.	100.000			100.000		
3P .	630.000			630.000		
3P – Esp.	200.000			200.000		
4P .	100.000			100.000		
5P	80.000			80.000		
Total Geral	3.804.500	89.696	242.613	3.045.773	49.810	556.000

21 Resultado por ações

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação.

(a) Resultado por ações - básico

	2019	2018
Numerador Lucro líquido do exercício	646.140	644.873
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações em circulação	300.452	305.110
Lucro líquido por lote de mil ações - básico	2,15056	2,11358

(b) Resultado por ações - diluído

	2019	2018
Numerador Lucro líquido do exercício	646.140	644.873
Denominador (em milhares de ações) Média ponderada de número de ações em circulação Potencial incremento na quantidade de ações em função do plano de opções	300.452 180	305.110 1.516
Média ponderada ajustada de ações em circulação	300.632	306.626
Lucro líquido por lote de mil ações - diluído	2,14927	2,10313

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

22 Receita líquida de serviços prestados

		Consolidado
	2019	2018
Receita bruta presencial	4.953.210	4.889.860
Receita bruta EAD	1.231.745	894.308
	6.184.955	5.784.168
Deduções da receita bruta	(2.619.919)	(2.164.791)
Gratuidades - bolsas de estudo	(2.419.850)	(1.878.949)
Devolução de mensalidades e taxas	(19.112)	(11.706)
Descontos concedidos	(1.204)	(760)
Impostos	(139.673)	(155.760)
Ajuste a valor presente - PAR	` 15.811 [´]	(25.431)
Ajuste a valor presente - DIS	1.482	(8.110)
FGEDUC '	(42.989)	(59.786)
Outros	(14.384)	(24.289)
	3.565.036	3.619.377
Custos dos serviços prestados		Consolidado

23 C

		Consolidado
	2019	2018
Pessoal e encargos sociais Energia elétrica, água, gás e telefone Aluguéis, condomínios e IPTU (i) Correios e Malotes Depreciação e amortização (ii) Material didático Serviços de terceiros - segurança e limpeza Outros	(1.069.029) (41.588) (39.311) (1.826) (262.923) (7.381) (54.965) (43.695)	(1.160.341) (41.307) (243.583) (1.720) (97.120) (6.572) (56.432) (25.737)
	(1.520.718)	(1.632.812)

⁽i) A partir de 2019, foram considerados nesta rubrica basicamente valores de IPTU, condomínios e determinados valores de aluguel não incluídos na determinação dos contratos de arrendamentos contabilizados na adoção do IFRS 16.

As despesas com pessoal e encargos sociais incluem aproximadamente R\$ 72.978 em 2019 (R\$ 91.469 em 2018) relativo a verbas indenizatórias por rescisões contratuais.

⁽ii) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

24 Despesas comerciais, gerais e administrativas

	C	Controladora		Consolidado		
	2019	2018	2019	2018		
Despesas comerciais			()	(
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (Nota 4)			(308.135)	(333.699)		
Publicidade			(195.888) (67.243)	(172.470) (45.833)		
Vendas e marketing Outras			(373)	(45.655)		
Outras			(373)	(1.044)		
			(571.639)	(553.046)		
Despesas gerais e administrativas						
Pessoal e encargos sociais	(5.452)	(4.874)	(177.398)	(173.170)		
Serviços de terceiros	(3.431)	(5.850)	(104.051)	(129.951)		
Material de consumo			(2.119)	(2.033)		
Manutenção e reparos	(165)	(71)	(48.525)	(38.140)		
Depreciação e amortização	(54)	(13.092)	(98.026)	(98.265)		
Convênios educacionais	(1)		(17.312)	(16.875)		
Viagens e estadias	(64)	(123)	(9.752)	(7.245)		
Eventos institucionais		(5)	(2.545)	(2.962)		
Provisão para contingências (Nota 16)	(162)	(110)	(66.324)	(103.222)		
Cópias e encadernações			(4.485)	(3.733)		
Seguros	(7.835)	(8.288)	(9.030)	(9.076)		
Material de limpeza		(-)	(3.308)	(2.880)		
Condução e transporte	(1)	(3)	(4.627)	(5.179)		
Aluguel de veículo	(2-2)	(0=0)	(4.004)	(3.203)		
Outras	(258)	(373)	(35.559)	(18.364)		
	(17.423)	(32.789)	(587.065)	(614.298)		

25 Outras receitas/despesas operacionais

	C	Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas com convênios Receitas de aluguéis Ganho (perda) de capital no imobilizado Intermediação de negócios Provisão para perda venda da carteira (i) Provisão para perda outras receitas	953	272	953 11.422 (528) 2.039	439 9.308 (646) 4.257 (55.486) (3.393)
Outras receitas (despesas) operacionais	423	(143)	598	(1.693)
	1.376	129	14.404	(47.214)

⁽i) Valor referente a baixa integral da carteira de alunos vendida em anos anteriores, onde a Companhia não possui expectativa de realização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

26 Resultado financeiro

		Controladora .		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras Multas e juros recebidos por atraso Atualização do contas a receber com FIES Rendimentos de aplicações financeiras	12.085	6.557	30.220 46.718	32.243 8.419 37.909
Atualização de créditos fiscais Atualização PAR Atualização DIS Outras	1.143	2.026	10.073 4.619 4.995 2.516	5.930 3.729 3.248 851
	13.228	8.583	99.141	92.329
Despesas financeiras				
Despesas bancárias Juros e encargos financeiros Atualização da provisão para contingências (Nota 16) Descontos financeiros (i)	(493) (46.111) (18)	(877) (32.201) (6)	(33.804) (79.951) (10.084) (111.817)	(33.164) (64.800) (31.564) (62.450)
Variação monetária passiva Gastos com empréstimos Juros de arrendamento - Direito de uso (ii)	(1.410)	(2.611)	(2.151) (1.410) (93.401)	(5.499) (2.611)
Outras	(706)	(954)	(8.613)	(11.068)
	(48.738)	(36.649)	(341.231)	(211.156)

⁽i) Corresponde aos descontos concedidos quando das renegociações de mensalidades em atraso.

27 Resultado por segmento de negócios

		Presencial		EAD		Estácio
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita operacional bruta (-) Deduções da receita bruta	4.953.210 (2.082.810)	4.889.843 (1.813.224)	1.231.745 (537.109)	894.325 (351.567)	6.184.955 (2.619.919)	5.784.168 (2.164.791)
Receita operacional líquida	2.870.400	3.076.619	694.636	542.758	3.565.036	3.619.377
Custos dos serviços prestados	(1.429.238)	(1.556.320)	(91.480)	(76.492)	(1.520.718)	(1.632.812)
Pessoal Aluguéis, condomínio e IPTU Material didático Serviços de terceiros e outros Depreciação	(1.021.836) (39.319) (8.883) (96.991) (262.209)	(1.109.145) (243.543) (6.505) (100.648) (96.479)	(47.193) 8 (324) (43.257) (714)	(51.196) (40) (67) (24.548) (641)	(1.069.029) (39.311) (9.207) (140.248) (262.923)	(1.160.341) (243.583) (6.572) (125.196) (97.120)
Lucro bruto	1.441.162	1.520.299	603.156	466.266	2.044.318	1.986.565

⁽ii) Nesta rubrica encontram-se efeitos do IFRS 16, conforme descrito na nota 1.3.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

28 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social - %	645.943 34	639.955 34	657.928 34	653.180 34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(219.621)	(217.585)	(223.696)	(222.081)
Equivalência patrimonial Despesas não dedutíveis (i)	237.150	238.232	(4.824)	(3.381)
Prejuízo fiscal não constituído Outras	(17.332)	(16.176)	(20.227) 3.135	(21.009) 1.541
	197	4.471	(245.612)	(244.930)
Benefícios fiscais Incentivo fiscal - PROUNI Incentivo fiscal - Lei Rouanet			227.908 5.689	229.107 6.200
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	197	4.471	(12.015)	(9.623)

(i) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Imposto de renda e contribuição social de períodos anteriores Imposto de renda e contribuição social diferido – PERT	197	4.471 447	(50.030) 38.015 227	(58.153) 48.530 869 447
	197	4.918	(11.788)	(8.307)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui crédito tributário diferido decorrente das diferenças temporárias no montante de R\$ 160.136 (R\$ 131.390 em 31 de dezembro de 2018). A composição do efeito tributário sobre as adições temporárias que deram origem a contabilização do mencionado crédito encontrase resumida a seguir:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Ajuste a valor presente Provisão para contingências	104	98	9.626 40.261	15.868 43.152
PCLD Mensalidades a faturar / cancelar			46.995 20.390	31.362 12.019
Provisão para desmobilização Fundo de comércio			6.231 (14.526)	5.623 (6.772)
Provisão Risco Fies Opções outorgadas reconhecidas	191		7.248 36.268	7.121 31.126
Arrendamentos	191		13.499	(376)
Ágio incorporadas Depreciação Prejuízo fiscal	13	13	(11.290) 4.540 <u>894</u>	(11.290) 2.663 894
	308	111	160.136	131.390
Ativo Passivo	308	111	163.025 (2.889)	136.576 (5.186)
	308	111	160.136	131.390

A realização do crédito tributário diferido sobre diferenças temporárias contabilizadas em 31 de dezembro de 2019 está vinculada a realização da provisão que deu origem ao mencionado crédito. Consequentemente não há expectativa de realização anualmente já que a administração da Companhia não tem elementos para prever a realização da provisão para contingência e provisão para desmobilização.

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada IREP possui imposto de renda e contribuição social diferidos passivos no montante de R\$ 9.060 decorrentes da amortização fiscal do ágio gerado na aquisição das empresas por ela incorporada.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 140.988 (R\$ 123.656 em 31 de dezembro de 2018) ainda não registrados contabilmente, por não ser possível afirmar se sua realização é, presentemente, considerada provável.

29 Compromissos

O quadro a seguir apresenta os pagamentos futuros mínimos anuais, requeridos e não canceláveis, relacionados as obrigações contratuais assumidas pela Companhia em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

		Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	
Compromissos em 2019 Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	208.371	708.406	408.864	
Compromissos em 2018 Arrendamentos / Contratos de aluguel dos campi	215.493	612.592	433.988	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

30 Eventos subsequentes

Em 18 e 21 de fevereiro de 2020 foram celebradas as operações de *Credit Agreements* (Op. 4131) entre a Companhia e o Citibank no montante total de USD 190.000, os quais estabelecem os termos e condições gerais para realização de operações de derivativo, sob a forma de *hedge*, para fins exclusivos de cobertura cambial referente às operações financeiras com o registro perante o SISBACEN (módulo RDE/ROF), com o objetivo de créditos para futuros investimentos.

Em 03 de março de 2020 celebramos a Cédula de Crédito Bancário entre a Companhia e o Banco Santander com volume total de R\$ 500.000. A taxa de juros da Operação corresponde a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI — Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, com o objetivo de créditos para futuros investimentos.

* * *

Proposta de Orçamento de Capital

ESTÁCIO PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ n.º 08.807.432/0001-10
NIRE 33.300.282.050 | Código CVM n.º 02101-6

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020

Em conformidade com o disposto no art. 196 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 25, §1º, inciso IV da Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alteradas, a administração da **Estácio Participações S.A.** ("<u>Estácio</u>") vem submeter à avaliação e aprovação dos Senhores Acionistas a presente proposta de orçamento de capital para o exercício social de 2020.

Tendo em vista as estimativas realizadas pela administração da Companhia para dar continuidade ao crescimento dos negócios em 2020, a Companhia realizará investimentos em infraestrutura, tecnologia, expansão orgânica e aquisições.

Para concretizar esses investimentos, em linha com seu Plano de Negócios e Orçamento Anual para 2020, a administração da Companhia propõe que, após os ajustes legais estabelecidos na Lei das S.A., o montante de R\$ 460.374.877,92 (quatrocentos e sessenta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, oitocentos e setenta e sete reais e noventa e dois centavos), proveniente do lucro líquido do exercício de 2019, seja destinado à formação da reserva de retenção de lucros.

O valor destinado para reserva de retenção de lucros servirá para financiamento de parte do orçamento de capital da Companhia para o exercício de 2020, cujo total previsto corresponderá a R\$ 2.620.000.000,00.

A esse respeito, os quadros abaixo indicam, respectivamente, a utilização pela Companhia prevista no orçamento de capital e as fontes de recursos previstas pela Companhia para fazer frente a este plano de investimento, o qual será submetido à aprovação em Assembleia Geral a ser realizada em 24 de abril de 2020.

Investimentos	R\$
TOTAL	2.620.0000.000,00

Fontes	R\$
Lucros retidos referentes ao exercício de 2019	460.374.877,92
Recursos de terceiros	2.159.625.122,08
TOTAL	2.620.000.000,00

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Estácio Participações S.A.

A Administração

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos

Administradores e Acionistas da

Estácio Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Estácio Participações S.A. ("Companhia" ou "Estácio"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Estácio Participações S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receitas

Conforme indicado na nota explicativa 2.21a, a receita da Companhia consiste basicamente na prestação de serviços de atividade de ensino superior, presencial e a distância, para pessoas físicas matriculados semestralmente nos cursos regulares oferecidos pela Companhia. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual. Neste contexto, o processo de reconhecimento de receitas demanda a existência efetiva de controles internos, que estejam em funcionamento durante todo o período para assegurar o adequado registro das receitas no período de competência adequado, incluindo a manutenção das políticas da Companhia para o cadastro de alunos, precificação dos cursos oferecidos pela Companhia, renegociação de débitos e de elegibilidade de alunos aos benefícios do FIES e PROUNI.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes dos controles internos relevantes implementados pela administração que suportam os processos de reconhecimento de receitas, incluindo, dentre outros, controles operacionais para o cadastramento de alunos, processo de contratação, ativação, renegociação de recebíveis, reativação e renovação de matriculas; (ii) inspeção de documentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, incluindo: a) contratos de serviços firmados pelos alunos; b) documentações exigidas nas políticas da Companhia para cadastramento do aluno; c) comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; e d) relatórios de frequência de alunos; (iii) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos FIES e confirmação da comprovação da adesão do aluno ao programa de financiamento; (iv) verificação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado, tendo em vista a confirmação e aprovação do financiamento pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Estudantil (FNDE); (v) seleção com base em amostras de mensalidades provenientes de alunos que são elegíveis ao PROUNI e confirmação da comprovação de adesão do aluno ao Programa de Universidade para Todos; (vi) confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; (vii) testes de liquidação subsequente para os valores de mensalidade faturados; e (viii) verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita da Companhia, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.21a, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio oriundo de combinações de negócios

O teste de redução ao valor recuperável do ágio, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura como resultado das combinações de negócios realizadas pela Companhia, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. Conforme indicado na nota explicativa 9, o ágio reconhecido como resultado destas combinações de negócio representa aproximadamente 23% do total de ativos.

O processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseando em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Em função da magnitude dos montantes envolvidos, associada aos aspectos acima mencionados, esse tema foi considerado como uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção e análise do fluxo de caixa projetado elaborado pela administração da Companhia para o teste de redução ao valor recuperável, comparando-o com os planos de negócios aprovados pela Governança; (ii) comparação das projeções do ano anterior com os resultados efetivos atuais, como forma de avaliar a efetividade dos planos de negócio e o nível de aderência das projeções realizadas anteriormente; (iii) discussão com a administração em relação às principais premissas e testes quanto à metodologia utilizada na mensuração do valor recuperável, especialmente as taxas de desconto e as taxas de crescimento utilizadas na projeção, considerando: (a) envolvimento dos nossos especialistas em avaliação de empresas para nos auxiliar na discussão das principais premissas utilizadas, em comparação com aquelas verificadas no mercado em negócios similares, quando disponíveis; (b) aplicação de análises de sensibilidade sobre as principais premissas adotadas pela administração; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela administração da Estácio sobre as premissas-chave no teste de recuperabilidade do ágio incluídas na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de recuperabilidade do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas cíveis, trabalhistas, e tributárias, oriundos do curso ordinário de seus negócios.

A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam as respectivas causas, assim como por parte da administração da Estácio, abrangendo também a mensuração de eventuais desembolsos futuros. Nesse processo, são considerados, entre outros, os aspectos relacionados com a existência de jurisprudência e/ou a recorrência das demandas apresentadas.

Nesse contexto e devido a relevância dos montantes envolvidos, consideramos as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários como um principal assunto de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Como resposta de auditoria para este assunto, nossa abordagem incluiu, dentre outros, os seguintes procedimentos: (i) obtenção de entendimento dos processos implementados pela administração para identificar, monitorar e registrar contingências; (ii) envio de carta de confirmação diretamente aos consultores jurídicos, internos e externos, que patrocinam processos administrativos e judiciais da Companhia, com objetivo de confirmar os valores e prognósticos de perda dos processos e sua correta divulgação nas notas explicativas às demonstrações financeiras; (iii) verificação das premissas utilizadas para provisão de contingências trabalhistas, levando em conta o critério específico adotado pela Companhia, baseado no histórico de liquidação de processos, incluindo acordos; (iv) para processos tributários selecionados, envolvimento de nossos especialistas internos nestes temas, para nos apoiar nas discussões em relação a prognósticos feito por advogados externos; (v) verificação das comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, autuações e discussões das quais a Companhia é parte; e (vi) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre os riscos cíveis, trabalhistas e tributários na nota explicativa 16 às demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para contingências cíveis, trabalhistas e tributárias, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve subjetividade e alto grau de julgamento da administração. A determinação do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve um processo com várias premissas e fatores, incluindo renegociação de dívidas, conforme divulgado na nota explicativa 4.

Consideramos essa uma área foco de auditoria, pois o uso desses julgamentos, premissas e fatores na apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa poderia resultar em variações significativas nessa estimativa.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos relevantes estabelecidos para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa, incluindo: (i) avaliação da integridade da base de dados considerada na análise; (ii) discussão com a administração das premissas adotadas na mensuração do valor recuperável do contas a receber; (iii) recálculo da provisão, incluindo o reprocessamento do aging list e aplicação dos critérios definidos pela administração; e (iv) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão estimada de crédito de liquidez duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento e mensuração da referida provisão adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 4, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães

Contador CRC-1SP133169/O-0

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, no uso de suas atribuições legais, consoante as disposições do artigo 163 da Lei n.º 6.404/76 e, nos limites da sua competência, (i) após concluírem os trabalhos de verificação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, com os devidos esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia e baseados no relatório e parecer dos Auditores, emitiram parecer favorável à aprovação das contas da administração e das Demonstrações Financeiras, que, acompanhadas do Relatório da Administração, estão adequadas e em condições de serem submetidas à apreciação dos acionistas; e (ii) após análise e esclarecimentos prestados pelos administradores da Companhia, emitiram parecer favorável à proposta da administração de destinação do resultado do exercício social, encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo o pagamento de dividendos e o orçamento de capital, recomendando a sua aprovação pelos acionistas da Companhia, nos termos propostos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Emanuel Sotelino Schifferle

Pedro Wagner Pereira Coelho

Regina Longo Sanchez

Pareceres E Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, Previsto em Regulamentação Específica da Cvm)

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS ESTATUTÁRIO

EXERCÍCIO 2019

Aos

Conselheiros de Administração da Estácio Participações S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria e Finanças Estatutário (CAF) da Estácio Participações S.A. ("Estácio" ou "Companhia") é órgão estatutário desde 31.08.2017, existindo como comitê de assessoramento ao Conselho de Administração desde 23.07.2008, com a denominação de Comitê de Auditoria, denominação alterada para a atual na reunião do Conselho de Administração de 28.01.2014, quando ocorreu também a revisão de seu Regimento Interno.

O CAF reporta-se ao Conselho de Administração, e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades do CAF são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno. A responsabilidade do CAF está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e publicação de relatórios financeiros e de auditoria.

As avaliações do CAF baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

No período de 01.01.2019 a 31.12.2019, o CAF reuniu-se 08 vezes. Essas reuniões envolveram os Diretores, Auditoria Interna e, em algumas delas, a Auditoria Externa. As atas das reuniões do CAF são disponibilizadas no Portal de Governança da Companhia para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e, nas reuniões do Conselho de Administração, o Coordenador do CAF relata e enfatiza aos demais Conselheiros, quando julga apropriado, os assuntos relevantes e pertinentes, identificados nas atividades do CAF. As principais atividades realizadas foram:

 $\ddot{U}^{\hat{a}} = [\dot{A}^{\hat{a}}]^{\hat{a}} = [\dot{A}$

T[$\{a\{ \land\} d[AaaeA,] [ca/ \land AAAa] \} ca^* - \} \deltaaaeAaaaa A$

Ocçæqáae8ë[ÁnÁ, [}ãa[ˈæ;^}q[ÁsæÁn-æ8u-8æáe4s[•ÁÔ[}d[|^•ÁQpc^¦}[•ÁnÁsæÁn æd:āÁs^ÁÜæi8[•L

OBS[{] aa) @aa{^} q[Ásia aa• Ásee aãp aãa aas ^• Ási^ ÁÔ[{] | ãaa) & ^

OBB|{] æ} @æ{ ^} d[ÁnÁ*] ^¦çã ë[Ánæ Ánæãçãn ænå^• ÁnÁnæÁnæčæ æ8ë[ÁnæÁnŒ å ãn[¦ãæÁnQ c^¦}æ4.

OBS[{] aa}@ae{^}d[Ánaæ Ánanāçãn ana ^• Ána anÁUˇçãn[¦ãn eL

 $CES[\{]aa, @ae^{\wedge}\}d^{\hat{A}}aa Aec^{\hat{A}}a^{\hat{A}} ae^{\hat{A}}ae^{\hat{A$

 $T[\} \tilde{a}[| \exists i + 2] \land \hat{a}[] \Rightarrow \hat{a} \Rightarrow \hat{a}[] \Rightarrow \hat{a} \Rightarrow \hat{a}[\bullet \hat{A} | \Rightarrow \hat{a}] \bullet \hat{A} \Rightarrow \hat{A} \Rightarrow$

 $\ddot{U}^{\tilde{a}} = [\dot{A}_{\tilde{a}} = \dot{A}_{\tilde{b}} - [\dot{A}_{\tilde{a}}] + \dot{A}_{\tilde{a}}] + \dot{A}_{\tilde{a}} = \dot{A}_{\tilde{a$

 $OF_1 | \tilde{a}^* \wedge \hat{A}_0[\hat{A}_0 | 8ae(^) q[\hat{A}_0 ae(\tilde{O})] (] ae(\tilde{a}_0 ae(\tilde{O}))$

O∄ı |ã^Áå[•Ás^{æ-Áå^ÁT BOŁ

Ü^çãrë[Áå[Án^*ÁÜ^*ã[^}d[ÁQzc^\}][L

 $OF_1 | \tilde{a} \wedge \hat{A}_0 | \tilde{A}_0 | {}^{+}_{+} {}^{+}_{+} \wedge \hat{A}_0 | c_0 | c_0 | a$

Úæl&^|æ{ ^} { Á,ækæÁæk* } [•ÊÁÚÜUWÞ ŒÁ ÁÚÖÖÈ

O CAF, em 2019, não realizou reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal da Companhia.

3. RECOMENDAÇÕES PARA MELHORIAS NOS PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas diversas recomendações de melhorias para processos de controles e gestão dos negócios. As pendências e os respectivos atendimentos às melhorias são devidamente registrados em atas. O Comitê monitora periodicamente a implantação dessas melhorias

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A Administração da Estácio é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Estácio, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTES E INTERNA

O CAF mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos

A partir do 1º Trimestre de 2017 a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

O CAF acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pelas Auditorias Independentes, quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos. Em decorrência, o CAF avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independentes concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

6. AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzam as demonstrações financeiras da Estácio, em observância à legislação societária, práticas contábeis, com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com as normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais IFRS.

O CAF reuniu-se em diversas ocasiões com os responsáveis pela área de controladoria para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras.

O CAF verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, com às normas do Novo Mercado da B3 e com as normas internacionais de relatório financeiro IFRS.

7. CONCLUSÕES

Durante a condução dos trabalhos, o CAF não identificou nenhuma situação que pudesse afetar a objetividade e a independência da EY com relação à Estácio. Dessa forma, nos termos do Regimento Interno do CAF, o CAF informa ao Conselho que não tem conhecimento de nenhum tipo de relacionamento entre a EY e a Estácio que possa ter afetado sua independência na execução dos trabalhos da auditoria independente das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

O CAF registra, ainda, que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração da Estácio, os Auditores Independentes da EY e o próprio CAF em relação às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

As opiniões e julgamentos do CAF dependem das informações que são apresentadas pela Estácio, em particular dos Administradores, das Diretorias de Controladoria (responsável também pela Gestão de Riscos), Jurídica e Compliance, Auditoria Interna e demais diretorias envolvidas, além dos Auditores Independentes. Neste sentido, o CAF julga que todos os assuntos pertinentes que lhe foram dados a conhecer estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes emitido sem ressalvas, e, portanto, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das referidas Demonstrações Financeiras auditadas.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2020.

Osvaldo Burgos Schirmer

Coordenador e Especialista Financeiro do CAF

Brenno Raiko de Souza

Membro do CAF

Claudia Sender Ramirez

Membro do CAF

Pareceres E Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se Houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou Não)

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA E FINANÇAS

Os abaixo assinados membros do Comitê de Auditoria e Finanças da Estácio Participações S.A., no exercício de suas atribuições, conforme previsto no artigo 3º, alínea "c" do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Finanças, emitem parecer favorável para o Conselho de Administração e recomendam a aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e das respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício de 2019, não havendo qualquer divergência entre a administração da companhia, os auditores independentes e este comitê.

São Paulo, 10 de março de 2020.

Osvaldo Burgos Schirmer

Brenno Raiko de Souza

Claudia Sender Ramirez

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Estácio Participações S.A.

Declaração da Diretoria

Em cumprimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VII, da Instrução CVM nº 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Eduardo Parente Menezes;

Eduardo Haiama;

Adriano Pistore;

José Aroldo Alves Junior

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Estácio Participações S.A.

Declaração da Diretoria

Em cumprimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VII, da Instrução CVM nº 480/2009, os membros da Diretoria Executiva da Estácio Participações S.A. declaram, por unanimidade e sem dissidências, que revisaram, discutiram e concordaram com o conteúdo das Demonstrações Financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no parecer emitido, sem ressalvas, pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., ambos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2020.

Eduardo Parente Menezes;

Eduardo Haiama;

Adriano Pistore;

José Aroldo Alves Junior